

FRONTEIRAS

Quando o “paraíso” e o “inferno” moram ao lado

Identities, images and peoples
por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil)
e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai)

Jones Dari Goetttert



2017

Equipe EdUFGD/2010
Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira
Programação visual: Marise Massen Frainer

CONSELHO EDITORIAL
Edvaldo Cesar Moretti - Presidente
Fábio Edir dos Santos Costa
Rita de Cássia Pacheco Limberti
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi
Wedson Desidério Fernandes

A presente obra foi aprovada de acordo
com o Edital 05/2010/EdUFGD.
Os dados acima referem-se ao ano de 2010.

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Gestão 2015/2019
Universidade Federal da Grande Dourados
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD
Coordenação editorial:
Rodrigo Garófallo Garcia
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Cynara Almeida Amaral, Raquel Correia
de Oliveira, Wanessa Gonçalves Silva
Programação visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL
Rodrigo Garófallo Garcia - Presidente
Marcio Eduardo de Barros
Thaise da Silva
Clandio Favarini Ruviano
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi
Rogério Silva Pereira
Eliane Souza de Carvalho

Diagramação, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora | Assis | SP
Revisão: Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G593f

Goetttert, Jones Dari.

Fronteiras : quando o “paraíso” e o “inferno” moram ao lado.
Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do
Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). / Jones Dari
Goetttert -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017.

125p.

ISBN: 978-85-8147-068-9

Possui referências.

1. Fronteiras. 2. Ponta Porã. 3. Pedro Juan Caballero. I. Título.

CDD – 305.86980892

SUMÁRIO

Por que fronteiras?	5
1 - Fronteiras e processos de identificação/diferenciação	15
1 - A fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero	15
2 - Simultaneidade de <i>tempos sociais</i> e multiterritorialidades ...	22
2.1 - Jogo de representações	27
2.2 - Jogo entre grupos étnico-culturais	29
2.3 - Jogo na fronteira	32
2.4 - Viver a fronteira, as fronteiras	33
2 - A fronteira virada “paraíso”	37
1 - Espaços e fronteiras	37
2 - Quando o “paraíso” mora ao lado	43
3 - Imagens que levam ao “paraíso”, o “paraíso” das imagens ...	48
3 - Trabalhadores brasileiros em Pedro Juan Caballero: trabalho e processos de identificação/diferenciação	51
1 - Fronteira e trabalho	51
2 - O Paraguai	53
3 - O paraguaio e as línguas	57
4 - O trabalho	64
5 - Colegas: paraguaios e paraguaios	71
6 - Pedro Juan Caballero e Ponta Porã	81
7 - Imagens	84

4 - Fronteira, fronteiras	87
1 - Os termos da questão	87
2 - Imagens	99
 Limites e possibilidades da relação Trabalho e Identidade nas fronteiras	 103
 Bibliografia	 109

Por que fronteiras?

O que são as fronteiras? E mais especificamente, o que são as fronteiras internacionais? Por que existem? Como foram construídas? Para que servem? A quem interessam? As fronteiras internacionais sempre existiram?

Essas são perguntas simples, que, no entanto, tendem, cotidianamente, a passar despercebidas por nós, que tão perto vivenciamos o que podemos chamar de “relações de fronteira”.

Por isso, este pequeno livro se propõe a ajudar-nos a pensar, conversar, dialogar e discutir melhor sobre a fronteira (ou fronteiras, se preferirmos). *Uma* fronteira que ao mesmo tempo se situa tão perto e tão longe de nós, seja em Dourados, em Ponta Porã ou mesmo no Rio de Janeiro, como em qualquer outro lugar em que, de uma ou de outra forma, a “fronteira” se coloca. Por exemplo: quando no centro do São Paulo, ao vermos um camelô vendendo “pen-drives de 4 gigabytes”, tendemos a pensar e mesmo a dizer: “só pode ser do Paraguai”, mesmo sendo fabricado na China. Vejamos: São Paulo é uma cidade do Brasil, enquanto Paraguai e China são outros países. Aparentemente banal, ou muitas vezes compreendido como algo natural, partir da pergunta do por que o mundo (planeta Terra) é formado por países (ou Estados-Nações) é extremamente importante, para daí pensarmos com mais atenção sobre o papel desempenhado pelas fronteiras.

Antes, vale a pena dizer que existem fronteiras em todos os lugares, se considerarmos que fronteira é tudo o que divide um espaço de outro. Assim, poderíamos falar de fronteiras entre o mar e a terra, entre a terra de um povo indígena e de outro, entre o terreno de minha casa e o do vizinho, entre um apartamento e outro, entre o interior e o exterior de

uma prisão, entre o quarto e a sala de uma casa, entre o interior e o exterior de uma Casa de Reza Guarani, entre o meu corpo e outro corpo, e assim por diante. Aqui, neste início, pensaremos e problematizaremos com mais intensidade o motivo da formação e existência das fronteiras internacionais, que, como o próprio nome diz, são fronteiras “*inter-nacionais*”, ou seja, entre territórios nacionais ou entre nações modernas diferentes.

Vamos lá, então.

Sempre tendemos a dizer que o Brasil começa a existir a partir de 1500! É evidente que estas terras – que vieram a ser denominadas de Brasil pelos portugueses, que vinham da Europa – já existiam bem antes do final do século XV e do início do século XVI (a “descoberta” da América ocorre em 1492). O primeiro aspecto a pensar é que o período das grandes “descobertas” – as grandes navegações ou a expansão ultramarina europeia – parece coincidir com a transição de dois modos de produção: do Modo de Produção Feudal para o Modo de Produção Capitalista², a partir da Europa. No entanto, mais do que coincidir, são dois processos que devem ser compreendidos no interior de um mesmo movimento: a produção de um “Novo Mundo”³ que define um novo modo de pensar e

1 O termo “descoberta” segue entre aspas porque entendemos, em proximidade com Todorov, que mais do que “descoberta”, o que se deu foi um processo de conquista do “Novo Mundo”, justificado por um movimento de invasão, penetração, violência e morte (ver TODOROV, 1982).

2 “Modo de Produção”: é, em linhas gerais, o *modo* como cada sociedade se organiza para a produção tanto de bens materiais (produtos, mercadorias, casas...) como de bens imateriais (ideias, sentidos...). Foi Karl Marx quem desenvolveu o conceito, e é nele que nos baseamos para a discussão aqui proposta.

3 A ideia de um “Novo Mundo” pode ser compreendida de duas formas: (1) o Novo Mundo com as terras que iam sendo conquistadas (a América, sobretudo) em contraposição a um “Velho Mundo”, a Europa; e (2) o “Novo Mundo” que vai sendo inventado, imaginado e vivido em novas relações centradas agora, sobretudo, em perspectivas Antropocêntricas (o Homem no centro e não mais Deus), Racionalistas (a Razão comandando a vida), Matemáticas (o Cálculo como base para o conhecimento da Terra – daí o importante papel desempenhado pela Geografia), Econômicas (o Capital passando a regular as relações) e Civilizacionais (um *modo de vida* que se constrói da Europa para todo o planeta – um Processo Civilizador).

de construir as relações, desde as econômicas, políticas, sociais e culturais mais amplas às mais subjetivas, pessoais e intimistas. É nesse contexto que começam a surgir os países e as nações – os Estados-Nações.

É importante dizer também que esse movimento se inicia na Europa. Ali, a partir do século XIII e XIV, sobretudo, foram se gestando as condições para o surgimento de novas relações, que têm início com as relações econômicas (as relações materiais de existência) e também participam de mudanças nas relações como um todo, como já ressaltamos. Em linhas gerais, podemos dizer que o Modo de Produção Feudal, centrado mais em sua reprodução “autossuficiente”⁴, vai paulatinamente dando lugar a um modo de produção que apresenta o comércio como o centro. É a partir desta centralidade que se compreende melhor o processo de conquista de novas terras, dentre elas o Brasil. Mas o interesse em novas terras não estava na terra em si mesma, mas nos recursos que nela estariam disponíveis para as trocas comerciais. De certa forma podemos dizer que *o comércio passava, agora, a comandar a vida* – a mercadoria começa a tomar o centro das relações e assim tudo passa a ser percebido pelo *valor de troca* e não mais (ou apenas) pelo *valor de uso* das coisas.

Como sabemos, foram Portugal e Espanha que iniciaram com maior afinco o movimento de ultrapassagem dos limites europeus, primeiro contornando a África para chegarem às “Índias Orientais” (definido por Périplo Africano) e depois rumando em direção ao Oeste. Mas por que justamente esses dois países tomaram a frente? Porque foram os primeiros a se formarem enquanto Estados Modernos (Estados-Nações ou países). O movimento de expulsão dos mouros da Península Ibérica, por exemplo, foi um fator que fortaleceu a importância de centralização

4 Sempre devemos tomar cuidado com esta noção, pois longe da “Idade Média” se constituir como “uma longa noite da história”, foi antes um intenso movimento de coisas, ideias e pessoas. O comércio existia, assim como uma importante “indústria” artesanal além de trocas materiais e de ideias com partes do que hoje definimos como África e Ásia. O que devemos ter sempre claro é que a escala dessas relações eram bem menores se comparadas àquelas que se desenvolvem a partir da formação da burguesia e do Modo de Produção Capitalista.

política, até então descentralizado em poderes locais (nos feudos) ou em uma centralidade político-religiosa (Igreja Católica) mais que em centralidade político-econômica, que se dará com o fortalecimento de uma nova classe ascendente, a burguesia, formada inicialmente por mercadores e comerciantes.

Mas é a partir dos séculos XV e XVI que a nova configuração política, econômica, social e cultural se acelera, com sua formação territorial e temporal correspondente. O “nascimento” dos Estados-Nações (dos países) se caracteriza por três monopólios principais: territorial, militar e tributário. Os três monopólios asseguram o monopólio central, que é o monopólio do poder. Controlar o território pela força, e a partir do controle territorial o controle do movimento de bens e pessoas sobre o território controlado. Desse controle, a centralização do poder político e a partir dele o controle da tributação – em um processo que foi mais de violência que de consenso, no qual poderes locais “abriram mão” de controlar partes menores de território em nome de um poder central controlando um território maior.

Com o território sob controle também o são os recursos materiais e a população – o que, com o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, se manifestou como produção de mercadorias (primeiro comercial e depois industrialmente) e como formação e controle de mão de obra. Esses controles não se deram aleatoriamente, mas articulados por grupos políticos e econômicos que passaram a controlar a política e a economia e, por extensão, o território. Com aproximações iniciais com a Nobreza e com o Clero, aos poucos a burguesia (nova classe formada por mercadores e comerciantes, primeiro, e depois industriais e banqueiros, sobretudo) vai tomando o poder, subjugando para si os recursos e a população e, assim, o território.

É nesse movimento que vão surgindo os Estados-Nações, os países (primeiro os europeus, depois os americanos e apenas no século XX parte importante dos países asiáticos e africanos). O Estado é poder, mas o poder não se faz apenas por “consensos” dados pela força, é feito tam-

bém por consensos ideologicamente construídos. Se a formação do Estado Moderno se deu através dos monopólios territorial, da força e da tributação, a formação da Nação Moderna (articulada ao Estado Moderno) se deu pela construção de “sentidos” de pertencimento baseados sobre o monopólio de uma Língua, uma Cultura, uma Tradição e uma História – a construção da identidade nacional.

Tudo vira Nação; tudo vira nacional. Um Estado nacional, um território nacional, um povo nacional, uma cultura nacional, uma tradição nacional, uma língua nacional, um exército nacional, uma economia nacional, uma história nacional, uma geografia nacional... Temos, com a formação dos Estados-Nações, a invenção de uma bandeira nacional, das cores nacionais, de um hino nacional, de uma literatura nacional, de uma língua nacional... de um esporte nacional, de dança e música nacionais... No Brasil: “ordem e progresso” envolvidos sob o azul varonil, o amarelo das riquezas e o verde da natureza; “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas, de um povo heróico o brado retumbante...”; “Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil”; Machado de Assis; a língua brasileira-portuguesa... o futebol; o samba e a “MPB”...

Dessa forma, os Estados-Nações envolvem poder e ideologia (o poder está na ideologia e a ideologia está no poder). Os dois combinados – poder e ideologia – asseguram a construção de uma hegemonia (e soberania) do Estado-Nação sobre o território nacional. Definir exatamente a base territorial que cabe para cada Estado-Nação define, concomitantemente, o poder de atuação que cada Estado-Nação pode exercer sobre um dado território. É a partir disso que entendemos melhor o papel das fronteiras internacionais no Modo de Produção Capitalista.

As fronteiras “*inter-nacionais*” separam Estados-Nações. Ultrapassar as fronteiras sem permissão implica infringir a soberania de outro Estado-Nação (por isso a exigência do “Permissão” quando queremos ou precisamos viajar para o interior do Paraguai). Controlar as fronteiras é controlar o que entra e sai em um território nacional. As fronteiras definem áreas de atuação tanto de Estados-Nações como de Mercados

Nacionais (que são, muitas vezes, parte de um Mercado *Internacional*). Os interesses de um Estado-Nação tendem a ser aqueles interesses da classe dominante nacional, que se articula em interesses políticos e econômicos internos e externos (nacionais e internacionais).

As fronteiras internacionais surgem com a formação dos Estados-Nações, que surgem como a configuração territorial e temporal (território e história nacionais) do Modo de Produção Capitalista (a História Moderna e Contemporânea Mundial). O Mercado Capitalista se organiza e se articula *por dentro* dos Estados-Nações. A burguesia global *se articula* como burguesias nacionais... E assim por diante.

Voltamos um pouco ao exemplo de antes: por que tendemos a criticar o camelô do centro de São Paulo por vender “pen-drives” contrabandeados do Paraguai e produzidos na China? Porque, fundamentalmente, colocamos à frente de tudo os “interesses nacionais”, do Brasil; com a prática do camelô, dizemos que o País perde em recursos enquanto o Paraguai vira “país de contrabando” e a China de “falsificação barata”! “É o Brasil que perde”, por fim dizemos.

Em nossas percepções e práticas cotidianas, o Estado-Nação é recorrente. A cada momento tendemos a afirmar a nossa identidade nacional, principalmente quando ouvimos alguém falar mal de nós, do Brasil. Diariamente dizemos “sim” a um implícito plebiscito sobre o Brasil: com todos os problemas que enfrentamos, sempre tendemos a afirmar que “o Brasil é o melhor país do mundo” (e, em contrapartida, todos os outros *devem* ser piores!). No entanto, também muitas vezes não nos damos conta de que os países foram formados e ocorreu todo um processo de construção das identidades e das ideologias nacionais. Somos brasileiras e brasileiros não apenas porque nascemos no Brasil, mas porque nos últimos séculos um conjunto de processos produziu o Brasil.

Hoje, até certo ponto naturalmente (mas nada em termos de nacional é natural, nem mesmo existem fronteiras naturais), nos vemos parte de algo que parece existir por si só. Acreditamos fazer parte de uma comunidade nacional, com interesses comuns de um povo nacional. E

assim vamos passando os dias e anos, muitas vezes não nos dando conta de que a existência dos Estados-Nações (e das fronteiras) só é possível porque as tradições, as histórias e as identidades nacionais são inventadas, imaginadas e vividas. E são essas invenções, imaginações e vivências que dão *contorno* e sentido às fronteiras internacionais – elas mesmas a cada instante reinventadas, re-imaginadas e revividas, muitas vezes como portas do “paraíso” e outras como portas do “inferno”.

*

Com essa introdução inicial sobre o porquê das fronteiras internacionais, partiremos agora para a discussão de questões relacionadas à nossa fronteira mais próxima, em especial àquela por entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A partir da análise, acreditamos ser mais fecunda a possibilidade de “transitarmos” com mais profundidade sobre o tema “fronteiras”.

Iniciaremos a discussão situando a nossa compreensão sobre a fronteira (ou fronteiras, na medida em que abarca tanto um questão físico-geográfica como também territorial-econômica-política-cultural-simbólica-identitária) em relação à mobilidade da força de trabalho de brasileiras e brasileiros de Ponta Porã para Pedro Juan Caballero e sua articulação primeira a processos de identificação/diferenciação (parte 1). Também nesse início destacaremos a necessidade de se compreender a fronteira como uma “simultaneidade de tempos sociais e multiterritorialidades”, desdobrando-se em “jogos” de representações entre grupos étnico-culturais na/nas fronteira/fronteiras, no sentido de que a/as fronteira/fronteiras é/são vivida/vividas em movimentos multiplicados pela sua condição de “espelhamento” *visível* e *invisível* das relações, de *um* e de *outro* lado.

Em seguida (parte 2), apontamos a possibilidade de também se compreender a fronteira – e seus caminhos para Ponta Porã/Pedro Juan Caballero – como construção, produção e invenção do “paraíso”. Em diálogo especialmente com Guy Debord (“A sociedade do espetáculo”), e provocados pela quantidade impressionante de outdoors, placas e faixas

distribuídas nas margens da estrada-rodovia BR-463, entre Dourados e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, fomos levados a correlacionar o “mundo do trabalho” no comércio de reexportação na cidade paraguaia com uma certa “itinerização” para o “mundo da mercadoria” na fronteira, construído “edenicamente” (de *Éden*, paraíso) para a “pulsão” das e dos clientes, sobretudo do Brasil, que se dirigem às médias e grandes lojas de produtos “no Paraguai”. A ideia de que “o ‘paraíso’ mora ao lado” – na fronteira – parece sustentada pela produção imagética de Pedro Juan Caballero, percorrida nos mais de cem quilômetros entre Dourados a Ponta Porã.

Na parte 3 – “Trabalhadores brasileiros em Pedro Juan Caballero: trabalho e processos de identificação/diferenciação” –, seguindo o “rastro” de um conjunto de contatos, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores do Brasil (Ponta Porã) junto ao comércio de reexportação na cidade paraguaia, discorremos sobre as relações entre trabalho e fronteira e de como imagens e representações são construídas em torno do Paraguai, do paraguaio e *suas* línguas (espanhol e guarani), as relações *de* e *do* trabalho, e as relações com Pedro Juan Caballero e com Ponta Porã. Tais questões são participantes da constatação de que as relações *no* e *do* trabalho também são concomitantes a processos de identificação/diferenciação, e que tem desempenhado papel importante tanto na afirmação quanto na negação identitária desses brasileiros, ora aprofundando elementos de negatividade em relação ao Paraguai e aos paraguaios, ora apontando a distensão de representações e imagens produzidas antes do ingresso na atividade do comércio de reexportação.

Para essa discussão, partiremos de cinco perguntas iniciais: (1) a fronteira se constitui como território singular na relação entre mobilidade da força de trabalho e (re)construção identitária? (2) a fronteira se constitui como território de tensão entre mobilidade da força de trabalho e redefinições identitárias de brasileiros e paraguaios? (3) a mobilidade da força de trabalho sofre constrangimentos ou facilidades no interior de

um território – de fronteira – que apresenta fortes elementos identitários, como a nacionalidade e a língua? (4) a *força* do mercado da força de trabalho se sobrepõe à *força* dos movimentos de (re)construções identitárias? e (5) os brasileiros trabalhadores na cidade paraguaia reforçam ou enfraquecem seus *perfis* identitários na relação com trabalhadores e patrões paraguaios?

Se anteriormente aludimos que a fronteira se constitui, no “mundo da mercadoria”, como construção “edênica”, o aprofundamento da análise também revelou que concomitantemente se dá a produção do “inferno”, ou seja, o “paraíso” (espetáculo) só é possível quando um “pacto” de “segredo” (nos termos de Debord) se estabelece em relação à produção da invisibilidade de tudo o que, em pretensa visibilidade, “mancharia” o “paraíso”. Nesse sentido, discutiremos na parte 4 como na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero suas “tipologias” (“fronteira viva” e “fronteira morta”, por exemplo) se embaralham, provocando uma *dicotomia de fronteira* ou uma *fronteira da dicotomia*, em que os termos de um pretenso “paraíso” se grudam (para esconder ou para escancarar) a um pretenso “inferno”.

Na última parte, rapidamente retomamos os pontos principais em análise para apontar, mesmo que em síntese, os limites e as possibilidades da “conjugação” na fronteira entre mobilidade da força de trabalho e processos de identificação/diferenciação.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura, e que possamos, durante ou depois dela, continuar conversando sobre a fronteira/as fronteiras, por vezes tão perto e por vezes tão longe de nós.

Fronteiras e processos de identificação/diferenciação

1 - A fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, como espaço de fronteira, constituem-se, de acordo com a tipologia construída pela “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” – Brasil-PRPDFF (2005), em relações do tipo “sinapse”, “que se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças”. Formam, também, o que a referida Proposta apontou como “cidades gêmeas”: “adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – [que] apresentam grande potencial de integração econômico e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania” (2005, p. 152).

Nas cidades gêmeas, além das interações transfronteiriças de fluxos de capital, terra e outros recursos naturais e serviços de consumo coletivo, também o trabalho se constitui como elemento importante:

Um dos fatores que apresenta efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças em zona de fronteira é o trabalho. As oportunidades que oferece o Estado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de tarefas pesadas descartadas pelos profissionais qualificados desse mesmo Estado, acarretam ao longo do tempo fluxo de trabalhadores do lado mais pobre para o lado mais rico do limite internacional. Esse fluxo pode ser constituído por trabalhadores diaristas ou sazonais, sem qualificação ou

semi-qualificados, formais ou informais, atraídos pelas oportunidades de trabalho e, principalmente, pelos possíveis pagamentos de assistência social do outro lado. Pelos mesmos motivos também ocorre saída de trabalhadores qualificados e profissionais do Estado menos desenvolvido para o mais desenvolvido. Se esse afluxo de trabalhadores reduz as pressões demográficas e o desemprego no Estado menos desenvolvido, pode também se converter em potencial para grave exploração de trabalhadores ilegais na região de fronteira do mais desenvolvido (Brasil- PRPDFF, 2005, p. 156).

Entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero a mobilidade de trabalhadores ocorre nos dois sentidos, qualitativamente diferentes: da cidade paraguaia, de trabalhadores “sem qualificação” ou “semi-qualificados”, especialmente, para Ponta Porã (construção civil; serviços domésticos etc); e, da cidade brasileira, para a atividade de comércio de reexportação, sobretudo, com trabalhadores de maior qualificação (conhecimento em vendas, de aparelhos elétrico-eletrônicos, de informática etc.), para Pedro Juan Caballero.

Essas cidades gêmeas são, sobretudo, áreas de contato e interação. Ao discutir as relações “Nós” e os “outros”: identidade cultural e interações transfronteiriças”, Brasil-PRPDFF (2005, p. 165-168) apontou, para a fronteira sul-matogrossense e o Paraguai, um relativo dinamismo na “natureza da identidade do lado brasileiro”, com uma “média e alta” “permeabilidade cultural transfronteiriça”, ao mesmo tempo com “interação cultural” nos níveis “médio e forte”, e em “movimento pendular das cidades gêmeas” em relação aos “movimentos migratórios”. Tais características atestam a enorme porosidade da fronteira na qual se relacionam as duas cidades, mantendo trocas intensas, mas nem por isso dissolvendo os elementos identitários delineadores das culturas pedro-juanina-paraguaia e ponta-poranense-brasileira.

A mobilidade da força de trabalho, na fronteira, é parte das relações que produzem a própria fronteira, assim como a fronteira é reiterada por essa mobilidade, além de outras relações. Paralelamente à problemáti-

ca dessa mobilidade específica, também se coloca a problemática da fronteira. Oliveira (2005), na construção de uma tipologia das fronteiras entre Mato Grosso do Sul e Paraguai e Bolívia (com quatro situações: “baixa integração formal com baixa integração funcional”; “baixa integração formal com alta integração funcional”; “alta integração formal com alta integração funcional”; e, “alta integração foral com baixa integração funcional”), situou as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero entre as participantes de uma “fronteira viva”, com “alta integração formal com alta integração funcional”. Destacou também, dentre outros aspectos, que vários “são os trabalhadores brasileiros que trabalham e habitam no lado paraguaio da cidade” (2005, p. 405).

Por outro lado, a “fronteira seca” entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é constantemente, quando divulgada pela mídia, “representada para os outros (situados em contextos fora da fronteira) como perigosa e violenta, causando perplexidade numa relação de atração e repulsa”, como enfatizou Pereira (2002, p. 11), produzindo um conjunto de representações negativas sobre a área de fronteira em destaque.

Contudo, como assevera a mesma autora, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, separadas unicamente por uma avenida, “deixam, no dia a dia, de ser espaço de separação e limite para configurar-se enquanto espaço permeável e de contacto. Dessa forma, seus habitantes vivenciam cotidianamente relações sociais perpetradas por diferenças e semelhanças culturais, econômicas, sociais e políticas que atuam de forma marcante e conflitante” (PEREIRA, 2002, p.17-18).

A fronteira, nesse sentido, deve ser compreendida não apenas em seu sentido desagregador, delimitador ou “separatista”. Goycochêa (*apud* PEREIRA, 2002, p. 15) apontou que a “fronteira é sempre fonte de sugestão, quer seja simples linha divisória entre soberanias, quer ser trate de região em que viva um povo em contato ou em atrito com outro povo”.

De acordo com Martin (1992, p. 88),

As fronteiras são criadas antes para proteger do que para isolar, elas se ligam à necessidade primitiva do homem em encontrar

abrigo para suas manifestações coletivas, entre as quais pode-se incluir, certamente, o desejo de saber o que se passa e o que existe do outro lado da fronteira.

A fronteira, portanto, e ultrapassando o sentido comum de limite, de divisão ou de delimitação, carrega, como salientou também Oliveira (1994), uma carga contraditória, pois, se separa, também evidencia identidades indicando espaço de tangência e de potenciais identificações e de possibilidades (sociais, culturais, econômicas e políticas).

Pode ser a fronteira(s) “zona de contato” (cf. ARROYO, 1997, p. 28) ou área de “cooperação” (cf. LAHORGUE, 1997), evidenciando aspectos simbólicos e relações de poder (cf. MELO, 1997, p. 68) e apresentando-se como “área de risco”, uma vez que, mesmo “sempre transponíveis por trocas estabelecidas pela sociedade, as fronteiras abrem-se e fecham-se, dependendo da origem dos interesses, voltando-se para determinados interesses” (MOURA, 1997, p. 96).

Em direção aproximada, Lamberti (2006, p. 27), com base em Abinzano (2005), salienta que os “limites sócio-antropológicos da região de fronteira fazem com que a sociedade que a habita seja carregada de especificidades”, sendo que é deste “caráter coletivo social que deve importar na construção das análises sobre fronteira”. Cita Abinzano, que ressalta:

Hay acciones humanas y orientaciones ideológicas jugando dialécticamente en el tiempo porque las regiones de frontera son el escenario de relaciones sociales fundamentalmente dinámicas. Y, por otra parte, las líneas de frontera que aparecen como la variable más rígida dentro de la región de fronteras está permanentemente adaptándose a los cambios nacionales o globales potenciados actualmente por el proceso de integración (ABINZANO, *apud* LAMBERTI, 2006, p. 28).

Dinâmicas, as relações em uma área de limites internacionais, como entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, em integração menor ou maior às mudanças internas e externas, locais, nacionais ou globais,

podem ser entendidas como participantes de uma “fronteira viva”. Nela, “a densidade demográfica tem papel importante e a estrutura social que a define apresenta-se de forma complexa, muito embora não haja nenhum constrangimento nas relações de troca em se tratando de nações diferentes” (LAMBERTI, 2006, p. 31).

A expansão das atividades econômicas na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero tende também ao crescimento do mercado da força de trabalho e de sua mobilidade de um para o outro lado. O crescimento do mercado da força de trabalho não significa, em seu movimento, a destituição de tensões, conflitos, contradições, diversidade e, acompanhando o ritmo da reestruturação produtiva em curso, da “precarização” do trabalho (cf. ANTUNES, 1999).

A mobilidade da força de trabalho tende, também, a refletir sobre as concepções e práticas culturais. Em outras palavras, como território de fronteira, interagem as relações de trabalho e as (re)construções identitárias. Entendida como processo e não como produto, a construção de identidades requer a construção da diferença como elemento original. Como propõe Silva (2000, p. 75-76):

é preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação.

Como construção histórica e relacional, a identidade não pode ser entendida sob as perspectivas do “substancialismo” ou do “essencialismo”, mas como construção constante, “dinâmica, múltipla, aberta e contingente” (CRUZ, 2007).

As identidades, por isso, de acordo com Hall (2000), são “multiplicamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de transformação e mudança”.

Para Haesbaert (1999, p. 174-175),

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre *identificar-se*, um processo *reflexivo*, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social. Mas, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma *identificação* em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas *múltipla*.

Em território de fronteira, como entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, concomitante ao movimento da força de trabalho, também se dá o movimento de identificação. Dois movimentos apenas separáveis para fins de análise, mas que no real se processam simultaneamente.

Ressalta-se, também, que o processo de construção identitária na fronteira está profundamente assentado em bases territoriais, especialmente nas escalas local e nacional (*ser* ponta-porandense e *ser* brasileiro; *ser* pedro-juanino e *ser* paraguaio; ou mesmo outras identidades étnicas, como a presença importante de libaneses, chineses, coreanos e japoneses, donos de lojas de produtos de reexportação).

Isso leva a aludir sobre a construção de “identidades territoriais”. Para Haesbaert (1999, p. 177-178),

a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta *identidade parte do ou transpassa* o território. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que “simboliza” uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o do Estado-nação.

Ao discutir “o espaço de referência identitário”, Cruz (2007, p. 27) aponta uma relação dialética entre o “espaço vivido” (“práticas espaciais e espaços de representação): modos de vida, experiência cultural, *habitus*”) e o “espaço concebido” (“representação do espaço): imagens,

planos, projetos, teorias e ideologias geográficas”), que, em síntese, formariam a “consciência socioespacial de pertencimento”. Mas, como movimento relacional, o processo de identificação tende também à construção de uma “consciência socioespacial de não-pertencimento”: a construção da identidade territorial do *eu* é simultânea a uma construção simbólica, *por mim*, da identidade territorial do *outro*. Entre as duas, a qual *pertence*? Essas identidades territoriais podem se expressar mais nitidamente em território de fronteira, como entre o Brasil e o Paraguai, na medida em que os elementos constitutivos da identidade brasileira são construídos em contraponto aos elementos da identidade paraguaia. A mobilidade – aqui de trabalhadores brasileiros sazonais para o Paraguai – expressa-se, assim, múltipla e multifacetada, no amálgama de relações de trabalho e relações culturais.

Para Haesbaert (2007, p. 46-47):

O aumento generalizado da mobilidade, nos mais diferentes níveis e setores da sociedade, faz com que a identidade seja construída também, de forma crescente, no e com o movimento. Assim, os próprios referentes espaciais de identidade podem estar vinculados ao movimento, a “espaços em movimento”. [...] vivemos hoje a possibilidade de construir identificações territoriais na mobilidade, ou, se preferirmos, com a mobilidade.

“No e com o movimento”, a mobilidade de trabalhadores de Ponta Porã para Pedro Juan Caballero é espaço/tempo de movimento identitário, em que as relações produzidas no trabalho se revelam tanto como a “possibilidade de construir identificações territoriais na mobilidade”, como de afirmar ou negar elementos identitários dos ponta-porranenses ou brasileiros. Portanto, é, pelo menos, uma dupla mobilidade: de trabalhadores e de identidades. Migram, assim, mais que simples corpos biológicos (mas o corpo como uma “instituição política”, segundo Poulantzas [1985, p. 34]), *corpos* do trabalho e *corpos* de identidade, ela mesma parte do movimento, *no e com* o movimento.

2 - Simultaneidade de *tempos sociais* e multiterritorialidades

Rogério Haesbaert (2004), ao desmistificar a ideia de desterritorialização tão aludida às situações de nosso tempo (pós-modernidade, para muitos), salienta que, mais do que participarmos de *um só* tempo e de *um só* espaço, percorremos uma “multiterritorialidade” simultânea, ela mesma em sínteses temporais/espaciais sempre inconclusas. Dadas por uma multiplicidade de relações de todas as ordens (materiais e imateriais [cf. SAQUET, 2010]), econômicas e políticas, culturais e simbólicas etc), dá-se também *uma* simultaneidade de *tempos sociais* e as multiterritorialidades na fronteira. Queremos salientar, com isso, que na fronteira *se processa* uma *dialética* de múltiplos tempos e de múltiplas territorialidades.

Paul Guichonnet e Claude Raffestin (1988), dentre outras questões, apontaram a dimensão temporal como participante do espaço de fronteira. Nas palavras de Costa (1992, p. 293), “Tomando de [Fernand] Braudel o conceito de “tempo social”, interpretam as fronteiras como “disjuntores” de *tempos desiguais*, como evoluções econômicas não paralelas, mutações não comparáveis na organização do espaço, ritmos desiguais, etc. Nesse sentido, a fronteira não seria apenas um disjuntor espacial, mas também um *disjuntor temporal*”. Ou, em síntese, a fronteira como “uma combinação de *tempos sociais distintos*” (GUICHONNET e RAFFESTIN *apud* COSTA, 295).

Já para José de Souza Martins (1997), analisando a fronteira como “degradação do outro nos confins do humano” em espaços de (des)encontro de populações nativas, frentes de expansão e pioneira (portanto, diferente de fronteira internacional), salienta que “As mesmas pessoas têm os diferentes momentos de sua vida atravessados, às vezes num único dia, por diferentes temporalidades da História”. Ali, na fronteira interétnica, ressalta, “é possível compreender a diversidade das temporalidades da História, suas implicações, seu sentido e as possibilidades históricas

que abre. Temporalidades que aparentemente se combinam, mas que de fato também se desencontram, na prática dos que foram lançados pelas circunstâncias da vida numa situação social em que o conflito sai de seus ocultamentos, inclusive os ideológicos, e ganha visibilidade e eficácia dramática na própria vida cotidiana de adultos e crianças”.

Sobre a multiterritorialidade, como qualquer outro fenômeno, o que vem ocorrendo é o movimento de construção de múltiplas territorialidades (concomitantes) pelos sujeitos, grupos ou mesmo classes. Nesse sentido, cada pessoa, até no interior de um mesmo dia (ou noite), pode desenvolver ou participar de multiterritorialidades, sejam elas físicas ou virtuais, materiais ou simbólicas.

Assim, com as devidas mediações, podemos dizer que na fronteira *por entre* Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, *tempos sociais* – ou *temporalidades* – desiguais e multiterritorialidades se desenvolvem e se (des)encontram, partes de tempos e espaços (desiguais) de brasileiros e paraguaios, suas histórias, cotidiano, identidades e alteridades.

Partindo-se também do pressuposto, comumente consensual, de que toda fronteira é uma produção humana, é necessário ultrapassar o seu sentido mais usual, de que toda fronteira resulta de construções políticas, sobretudo, e tentar compreender como a fronteira é tanto uma construção datada como também uma construção contínua, para muito além do tempo de sua “materialização”, proveniente de delimitações, demarcações, papéis e assinaturas. Ou seja: o movimento de construção de fronteiras ultrapassa uma marca ou um sinal histórico que se esvai com o tempo, mas gruda no próprio espaço e é nele – incorporador dos próprios tempos – que a fronteira, (re)feita diária, cotidiana, diuturna e relacionalmente, se apresenta/representa, é apresentada/representada e é produzida/consumida no interior de um *habitus*, portado pelas gentes de/da fronteira. A produção da fronteira, por isso, e em sentido amplo, também deve ser compreendida como a produção de fronteiras a partir das múltiplas territorialidades humanas, de indivíduos, grupos, tribos, classes, povos, nacionalidades...

A fronteira é, por isso, como movimento contínuo de produção/reprodução, a construção de relações – materiais e simbólicas – entre as gentes de um e de outro lado, próximas ou distantes, amistosa ou conflituosamente, explícita ou sub-repticiamente. Nesse sentido, não deve ser compreendida como algo – ou território (s) – dado: sua existência tanto depende da reafirmação constante dos Estados fronteiriços (as leis, normas, fiscalização, controle, polícia, exército, diplomacia...) como do conjunto de relações construídas, material, simbólica e discursivamente, em torno da fronteira (por exemplo, na construção da fronteira como território perigoso – o tráfico e o contrabando entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã – ou como território de troca – como a presença de alunos de Bela Vista Norte em escolas de Bela Vista, entre o Paraguai e o Brasil).

A contínua produção/reprodução da fronteira, metodologicamente compreendida, pode e deve ser pensada a partir de um conjunto de gradações em sua manifestação no interior das relações construídas em seu território. Esse conjunto pode abarcar, analiticamente, os subconjuntos econômico, político, social e cultural, desdobrando-se nas relações de trabalho, vizinhança, amizade, violência, parentesco, familiares, transgressões e agressões, histórias comuns e simultaneamente díspares, conectadas e desconectadas, sincrônicas e diacrônicas, ao mesmo tempo próximas e distantes, unidas e divididas, *de frente* e *de costas*, enfim, estabelecidas/restabelecidas como condição mesma de ser da fronteira. Dito diferentemente, a fronteira é tanto objetiva como subjetivamente produzida/reproduzida, em processos específicos de objetivação (“a fronteira é”) e de subjetivação (“nós somos de um jeito e eles são de outro”).

Assim, a fronteira é “teatro” (metaforicamente, compreendendo tanto o palco como as relações que se apresentam e se representam nele, sem as quais o próprio palco perde sentido de existência) por onde se produzem relações materiais e simbólicas específicas. Nela, verifica-se uma “economia de fronteira”, “política de fronteira”, “cultura de fronteira”, “sociedade de fronteira”, “gentes de fronteira”, um “dialeto de fronteira”, “manhas e artimanhas de fronteira”, “identidades e alteridades de frontei-

ra”, “representações de fronteira”, “contatos de fronteira”, etc. Evidentemente, são múltiplas as fronteiras que participam *da* fronteira, recortada e fragmentada a depender das relações em evidência, em análise, em produção e reprodução.

A fronteira como *contendo* sempre *sens* “dois” lados. Pensar a fronteira, dentre outras produções acima esboçadas, como espaço em que as gentes de “ambos” os lados se produzem/reproduzem como gentes de fronteira. Esse aspecto ultrapassa a leitura frequente de que o fato de alguém nascer, crescer ou viver em território da fronteira já o definiria como fronteiriço. O território – qualquer território –, é certo, deve ser pensado como terra ou como chão; no entanto, deve ser apreendido também como produção, superando a própria concepção – nascida na modernidade – de “palco”, receptáculo, um dado ou um absoluto. Ou seja, da mesma forma que se desenvolveram os processos amplos de construção das nações, das culturas nacionais, regionais ou locais (em que as próprias ideias – e materializações – de nação, região e lugar participam/participam como produções em que os recortes e as representações espaciais são em si mesmos e por vezes desavisadamente tidos como naturalizados, parte das produções espaciais, necessariamente humanas, permeadas pelas relações múltiplas material e imaterialmente em cada lugar), também se desenvolveram/desenvolvem os processos (maiores/ amplos ou menores/ idiossincráticos) de produção da fronteira, de suas relações e de suas gentes.

O elemento central – a produção/reprodução de representações de fronteira – está assentada na crítica da visão comum de que a fronteira, formada por um “corte” visível (elemento físico como um rio ou elemento construído como cerca, muro) ou mesmo por um “corte” invisível (linha ou traço imaginário) é constituída a partir da produção de dois lados, o *de cá* e o *de lá*. É evidente que, *grosso modo*, a fronteira é formada por pelo menos dois territórios (na fronteira brasileira há também um conjunto de “tríplices fronteiras”, que abarcam a participação de três territórios nacionais). Contudo, o formalismo, ao mesmo tempo que define categorica-

mente o que é ou o que pertence a um ou a outro lado, também impede a percepção de que sobre os dois lados são produzidas, como parte de cada um dos lados, um conjunto de representações que “duplicam” os próprios lados. Em outras palavras: na e sobre fronteira é possível pensar que “o meu lado de cá não é o teu lado de lá”.

Assim, a análise, a compreensão e o estudo das representações na fronteira, especificamente a partir das gentes da fronteira, construindo representações *de si* e do *outro*, dos lados *de cá* e *de lá*, é limitada se reduzida a dois lados, uma vez que as próprias construções de representações, especialmente identitárias, acabam por desdobrá-los duplamente. Ou seja, cada sujeito da fronteira constrói representações de ambos os lados, definindo, nomeando, identificando, especificando e, muitas vezes, julgando os lados a partir de suas relações, seus critérios, suas objetivações e subjetivações. Nos processos de identificação e nos processos de produção de representações, são as próprias *fronteiras* criadas e recriadas, produzidas e reproduzidas, postas e repostas.

A produção de identidades e de representações envolve, necessariamente, visões de mundo, de nacionalidades, territórios, lugares, de cultura, manifestações do trabalho, da língua, da religiosidade, enfim, de elementos que se constroem, na fronteira, sob o imperativo ainda mais categórico da construção/reprodução das diferenças. O inverso também se dá em proporção semelhante, isto é, as gentes do lado *de lá* igualmente lançam mão de um conjunto de apreensões, histórica e espacialmente vividas, ouvidas, comidas, sentidas, cheiradas, percebidas, etc., construindo suas representações que acabam, necessária e ontologicamente, se diferenciando das representações do *outro*, do lado *de lá*. Em síntese: as identidades e representações sobre a fronteira, seus lados e gentes, apresentam diferenças a depender dos lados e das gentes que as produzem/reproduzem. Por isso, o lado *de cá* de um ponta-poranense, ou seja, a *sua* Ponta Porã, não é o lado *de lá* de pedro-juanino. As fronteiras, assim, são tantas aquelas dadas pelos Estados nacionais como aquelas criadas/recriadas, produzidas/reproduzidas e simuladas/assimiladas como estra-

tégias de afirmação/reafirmação do ser ponta-poranense/brasileiro e do ser pedro-juanino/paraguaio.

Essa discussão se assenta, ainda, sobre a ideia de que as próprias representações (e identidades) são móveis, transitórias, sempre parciais e sempre inconclusas, em relação direta à proposição de que são múltiplas as representações e as identidades e, portanto, para além dos “dois lados” formais de uma linha, limite ou fronteira. Em aproximação aos estudos culturais (pós-coloniais), em especial, as identidades e as representações não podem e não devem ser apreendidas como essencialistas ou substancialistas, mas como partes de um jogo de relações (ou um “jogo de espelhos”) em *trânsito*, em *movimento*, em *processo*. Em outras palavras: se “o espaço não pára”, também “a fronteira não pára”.

2.1 - Jogo de representações

Uma *teoria* dos jogos de espelhos considera a construção de identidades ou processo de identificações a partir do reflexo de uma para outra situação. É flagrante a constatação de interpretações sobre o Brasil que tendem a considerar os brasileiros admiradores, copiadore e reprodutores da cultura dominante europeia e norte-americana; as crianças querendo ser “brancas de neve”, “chapeuzinhos vermelhos”, ou algum super-herói, ou “power-rangers”; a busca pela reprodução de galãs ou mocinhas das novelas... Mas, deixemos os exemplos.

Os jogos de espelhos são processos de identificação assentados, sobretudo, na construção de representações sociais em que sujeitos, etnias, classes sociais, regiões e nações, em especial, em movimentos de *espelhamento*, definem-se diante ou perante e sobre o Outro sujeito, as outras etnias, classes sociais, regiões e nações. Aqui, espelhar é refletir, aproximar, chegar, querer ser o mesmo sendo o Outro, em construções hegemônicas ou subalternas.

Hegemonicamente, por exemplo, o espelhamento das elites brasileiras sobre as elites estrangeiras dominantes, envergonhando-se da pró-

pria condição de ser brasileiro ou mesmo da construção de duas “realidades” no Brasil, uma dos ricos – a nata – e outra dos pobres – a borra da sociedade. Outro exemplo poderia ser dado considerando as tentativas de “desenvolvimento” de países periféricos a partir do espelhamento de países centrais: as condições de subdesenvolvimento daqueles como uma fase para a chegada à condição de desenvolvimento dos últimos. Em ambos os casos, a reprodução de processos de espelhamento conservadores e elitistas, mesmo que hegemônicos, sustentados por elites nacionais e internacionais.

Subalternamente, podemos, por exemplo, aludir à produção/reprodução no Brasil do movimento Hip Hop, reflexo do movimento originado nas periferias norte-americanas, sobretudo. Batidas, gestos, ritmos, instrumentos, letras, roupas, cabelos, marcas, tatuagens, o grito da periferia, etc., são elementos de um movimento de extrema aproximação entre *Rap*, *Graffiti*, *Break* e *MCs* brasileiro e norte-americano.

Identificar-se é também espelhar-se. Os processos de identificação definem-se pela produção/reprodução de simetrias no jeito de falar, olhar, cheirar, observar, andar, torcer, amar, definir, escrever, analisar, pressupor, nomear, desejar, rejeitar, convidar, relacionar, cotejar, dividir, somar, subtrair, multiplicar, firmando e reafirmando um modo de ser, de viver, de olhar, enfim, de conceber, perceber e praticar.

De acordo com Jonathan Friedman (*apud* MENDES, 2005, p. 532):

A constituição da identidade é um jogo perigoso e elaborado de espelhos. É uma interação temporal complexa entre múltiplas práticas de identificação internas e externas a um indivíduo ou a uma população. De forma a compreender-se esse processo constitutivo é necessário, por conseguinte, situar os espelhos no espaço e o seu movimento no tempo.

No entanto, paradoxalmente, identificar-se é também “desidentificar-se”. O processo de identificação carrega em si mesmo o processo de “desidentificação”, em que para todo elemento de identificação produz-se o seu inverso, o seu contrário. Espelhar-se nos gostos, modos e

consumos europeus e norte-americanos é “desidentificar-se” dos gostos, modos e consumos populares brasileiros; espelhar-se nos super-heróis televisivos dos desenhos animados estrangeiros requer a “desidentificação” em relação aos “heróis” “macunaímas” brasileiros, como Mapinguari, Curupira, Saci-Pererê e outros.

Assim, se os processos de identificação se dão como jogos de espelhos, podemos aludir a simultâneos processos de “desidentificação” como “jogos de espelhos côncavos”, em que o Eu é o inverso do Outro, a minha etnia é o inverso da outra, a minha classe é o inverso da outra, a minha região é o inverso da outra, o meu país é o inverso do outro... Invertidas, as identificações se produzem na relação entre o Eu/Outro, entre o Nós/Outros, entre Aqui/Ali, entre Este/Aquele, entre Meu/Teu.

2.2 - Jogo entre grupos étnico-culturais

Aqui, etnia é concebida em seu sentido amplo, englobado no interior dos estudos sobre etnicidade; esta, a partir de Fredrik Barth, como “uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

No interior de cada produção da etnicidade, “os atores *identificam-se e são identificados pelos outros* na base de *dicotomizações Nós/Eles*, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma *origem comum e realçados* nas interações raciais” (idem, p. 141).

No processo de identificação *étnica*, há a produção de nomeações, na qual a “definição exógena recobre todos os processos de etiquetagem e de rotulações pelos quais um grupo se vê atribuir, do exterior, uma identidade étnica”. Da mesma forma, “definições exógenas e endógenas não podem ser analisadas separadas porque estão em uma relação de oposição dialética. Elas raramente são incongruentes mas necessariamente ligadas entre si: um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros

o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição” (idem, p. 142-143).

A nomeação, marcada por processos de identificação, mas também por processos de construção de representações, também marca sujeitos, grupos, classes, lugares, regiões, nações e até continentes inteiros (como no caso das representações homogeneizadoras sobre a África) e conjuntos de continentes (como no caso das representações tanto dos povos do hemisfério norte como do hemisfério sul [a invenção do orientalismo é um exemplo também emblemático, como apontado e discutido por Edward Said (2007)].

Igualmente, a nomeação, ao definir fronteiras étnicas, também tende a definir fronteiras geográficas (englobando as primeiras). As fronteiras étnicas, de acordo com Barth, tendem a persistir mesmo que os grupos interajam espacialmente, persistindo “apesar do fluxo de pessoas que as atravessam”. Segundo ele:

as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na presença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos (Barth, 1998, p. 188).

A longa citação nos permite apontar, em síntese, que a construção de fronteiras étnicas é histórica e culturalmente produzida, ao mesmo

tempo em que tende a se reproduzir tanto a partir das histórias de vida individuais como a partir de um conjunto de representações que marcam, definem, nomeiam e encerram a distinção entre grupos. As fronteiras étnicas persistem mesmo com a interação.

As fronteiras étnicas, como aponta Barth, tem sua base calcada nas fronteiras sociais, que podem ter contrapartidas territoriais (1998, p. 195). Sobretudo, salienta o autor:

a fronteira étnica canaliza a vida social – ela acarreta de um modo freqüente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais. A identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. Logo, isso leva à aceitação de que os dois estão fundamentalmente “jogando o mesmo jogo”, e isto significa que existe entre eles um determinado potencial de diversificação e de expansão de seus relacionamentos sociais que pode recobrir de forma eventual todos os setores e campos diferentes de atividade. De outro modo, uma dicotomização dos outros como estrangeiros, como membros de outro grupo étnico, implica que se reconheçam limitações na compreensão comum, diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo (BARTH, 1998, p. 196).

A fronteiras étnicas, sociais ou territoriais se definem pela construção de critérios de nomeação, avaliação, julgamento, dicotomias, identidades e representações. Na condição de hegemonia ou de subalternidade, os processos de identificação e de produção de representações (mesmo marcado por relações de poder) são definidores de concepções, percepções e práticas individuais e sociais. Relações podem ou não se dar a partir da consideração do que grupos representam sobre o *Nós* e sobre o *Eles*. Assim, tanto os processos têmporo-espaciais materiais e imateriais tendem a participar de produções identitárias e representacionais quanto os processos de identificação e de produção de representações tendem à (re)produção e (re)definição de práticas sociais, de inclusão/exclusão, de integração/separação, de aproximação/distanciamento, de encontro/

desencontro, de abertura/fechamento, entre “estabelecidos” e “outsiders” (em alusão a ELIAS; SCOTSON, 2000).

2.3 - Jogo na fronteira

É pertinente dizer que toda fronteira é, ao mesmo tempo, um jogo de espelhos em que as imagens de um e de outro lado podem revelar o Outro/Eles simultaneamente à revelação do Eu/Nós? Um espelho de faces côncavas, em que a imagem refletida inverte o Outro/Eles em relação ao Eu/Nós? Pensamos que sim.

Toda fronteira define o lado *de cá* e o lado *de lá*. Como processo de identificação e como processo de produção de representações, toda fronteira *sugere* a di-visão (cf. BOURDIEU, 2002).

A fronteira é, por isso, uma construção cultural do Outro/Eles, “não sendo nunca simplesmente exterior, mas sim decorrente da lógica imanente de cada formação cultural específica” (RIBEIRO [2005, p. 480], a partir de John Frow). John Frow apontou que:

não pode haver um simples contraste entre a ordem “deles” e a “nossa”, uma vez que aquela é gerada como um objecto cognoscível a partir do interior da “nossa” ordem cultural. A divisão entre “nós” e “eles” funciona como uma imagem de espelho – uma inversão, que nos diz apenas o que queremos saber a respeito de nós próprios (FROW *apud* RIBEIRO, 2005, p. 481).

Uma *inversão* “como uma imagem de espelho”. Ao *sugerir* uma di-visão, a fronteira também *propõe* a produção/reprodução de um espelhamento em que o Eu/Nós é a imagem *invertida* do Outro/Eles: avaliar, julgar, pressupor, medir, pesar, comparar, conceber, “etnicizar”, nacionalizar, defender, sobrepor e classificar são alguns dos mecanismos participantes dos processos de identificação e de representação nas/das fronteiras, eles mesmos – os mecanismos – como produtores/reprodutores de fronteiras.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 481), “Construir o Outro, nesta acepção [na acepção acima de John Frow], implica construir a fronteira

que dele me separa – a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projecta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade”. Em nota, citando Karl Jaspers, o mesmo autor destaca que “É esta a percepção mais elementar de uma fenomenologia da fronteira – “o que a fronteira exprime é: existe um outro”.

O Outro/Eles nem sempre está, territorialmente, no outro lado. Mas, em fronteira internacional, como é o caso da fronteira entre Brasil e Paraguai, e mais especificamente entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, o Eu/Nós está aqui, no *território/lado de cá* e o Outro/Eles está lá, no *território/lado de lá*.

2.4 - Viver a fronteira, as fronteiras

Há várias maneiras de viver a fronteira. Em Ponta Porã, em 2008, um taxista diz que só vai ao Paraguai para trabalhar e para abastecer o carro. É taxista à noite; de dia, trabalhador em fábrica de cerâmica em Pedro Juan Caballero, sem carteira assinada e sem direito nenhum. Abastece o carro com a gasolina do Paraguai porque é bem mais barata que a do Brasil, mas também é “bem mais ruim”. “Lá é assim”. O *lado de lá* é assim, sem direitos trabalhistas e combustível questionável. O *lado de cá* é diferente, mesmo sem emprego ou com gasolina cara.

Centenas e até milhares de brasileiras e de brasileiros trabalham no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero (lojas paraguaias de produtos importados, principalmente, de países asiáticos). Do lado brasileiro, centenas e até milhares de paraguaias e de paraguaios; os homens, principalmente, na atividade da construção civil, mas “sempre tem a parada para o tereré”, “reclamam” os brasileiros. Mão de obra mais barata, também dizem.

“Toma cuidado com o trânsito em Pedro Juan, lá é uma bagunça”. “Eu acho que eles são mais fechados por causa da Guerra do Paraguai, que eles não esquecem”. “Vêm pra cá e usam os nossos postos

de saúde, os nossos hospitais e as nossas escolas”. “Eles são bem mais religiosos que nós”... Essas são algumas das expressões que ouvimos de brasileiras e brasileiros em Ponta Porã. Posições positivas sobre as gentes e as coisas de Pedro Juan Caballero também são comuns, sendo impróprio dizer que em todos e em tudo prevalecem as representações pejorativas.

De acordo com Jacira Helena do Valle Pereira (2002, p. 17-18), entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero foi produzido um “espaço permeável e de contato”, em que “seus habitantes vivenciam cotidianamente relações sociais perpetradas por diferenças e semelhanças culturais, econômicas, sociais e políticas que atuam de forma marcante e conflitante”. A autora é incisiva sobre posições de brasileiros em relação aos paraguaios: “há no imaginário do fronteiro brasileiro uma certa aversão às práticas do povo vizinho, seja no trabalho, seja nas relações sociais” (PEREIRA, 2002, p. 78).

Entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é, sem dúvida, o comércio de reexportação que *une* brasileiros e paraguaios. Fora dessa relação, que é dada pela compra/venda de mercadorias como computadores, brinquedos, aparelhos eletro-eletrônicos, acessórios de informática, telefones celulares, “pen-drives” etc., muitas e muitos brasileiros desconhecem o que é Pedro Juan Caballero. Persiste, grosso modo, a distância: a construção da diferença parece dada também pela construção da indiferença (o Shopping China é o exemplo mais evidente: parte expressiva dos brasileiros que visitam Pedro Juan Caballero privam-se no interior do shopping – “seguro e confortável” em relação ao centro “inseguro e desarrumado” – no início da cidade paraguaia [direção oeste/leste], com pouco ou nenhum contato nem com o comércio central sobre ou próximo da Linha Internacional e nem com o centro e muito menos com o subúrbio da cidade).

Se os brasileiros são os principais consumidores, os paraguaios são os principais vendedores: é no contato *no* mercado que a principal relação se dá entre o lado *de cá* e o lado *de lá*. Pouco ou nada além disso.

Brasileiros e paraguaios se encontram também nas escolas. Segundo Pereira (2002, p. 223-224), nas escolas brasileiras também são produzidos/reproduzidos preconceitos contra a etnia paraguaia. Como disse um aluno citado pela autora: “porque paraguaio é mais pobre”. Porque, sobre o preconceito e discriminação, “A escola, bem como outras instâncias da sociedade na fronteira, reproduz o que está no imaginário da população” (PEREIRA, 2002, p. 228).

Nas relações de fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, “embora próximas, separadas por uma rua, as pessoas vivem situações e contextos diferenciados, havendo inúmeras diferenças que podem indicar os motivos da pretensa superioridade ou arrogância brasileira”, como gratuidade na escola e soldos para quem serve o exército (no Brasil), colocando em xeque e “em risco a ideia de comunidade” (PEREIRA, 2002, 122-123) fronteiriça, por vezes produzida/reproduzida, em especial, por lideranças políticas.

Esses são alguns dos elementos que alimentam os processos de identificação e de produção de representações na fronteira. Na fronteira, as fronteiras são ambíguas: fronteiras territoriais, étnicas, nacionais, culturais, linguísticas, produzidas e reproduzidas como em um jogo de espelhos côncavos: Eu/Nós sou o não-Eu/não-Eles. O *inverso* também é verdadeiro.

Em especial, buscamos evidenciar que a fronteira é mais que um dado, imóvel, temporal e espacialmente. A fronteira é a própria produção/reprodução de fronteiras em uma espécie de “redundâncias das redundâncias”. Mais que metáfora e mais que metonímia, parece ser o pleonismo que plasma-marca-mancha a fronteira. Nela, tudo se mostra em seu duplo, em sua prolixidade, em suas faces que invertem o Outro/Eles para o equilíbrio, sustentação e produção/reprodução do Eu/Nós. “Quebrar o espelho”, na fronteira, só parece possível com a própria fronteira desmanchada.

A fronteira virada “paraíso”

1 - Espaços e fronteiras

Iniciemos em diálogo com Claude Raffestin (1993).

O autor salienta, logo de início, ao discutir “Limites e fronteiras”, que “Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota” (p. 164).

O que nos leva, logo, também, a perguntar se o *campo* antecede a *relação* ou se é no movimento de produção da *relação* que o *campo* é produzido? Ou, em outros termos: *toda relação* é decorrente da *delimitação de um campo* ou esta *delimitação* decorre da *relação*? (A aproximação com a brincadeira de se o ovo veio antes da galinha ou se a galinha veio antes do ovo, não é ocasional)

É evidente que, na medida em que Raffestin aponta que o território é uma produção, mas também uma relação (p. 144), *relação* e *campo* são processos concomitantes, ou as “duas faces de uma mesma moeda”.

No entanto, outra questão se coloca: quando tem início uma *relação* ou um *campo*? Raffestin, na primeira citação acima ressalta que é “no interior [do campo que] [...] ela [a relação] se origina, se realiza e se esgota”. Mas, como já apontamos, é por demais esquemática a suposição de que o *campo* antecede a *relação* (e não parece ser isso o que o autor procura apontar). Ao contrário, talvez possamos pensar que *tudo campo depende da delimitação de uma relação, no interior da qual ele se origina, se realiza e se esgota*. Assim, *a relação é-está no campo, e o campo é-está na relação*.

Dessa maneira, espreitando a fronteira e pensando-a como **relação**, ela também se produz como **campo**, em que a fronteira é **relação** que *se faz campo* e é **campo** que *se faz fronteira*, e que, ainda, por sua vez, define-redefine **relações de fronteira**. As relações de fronteira “emolduram” um **campo fronteira**, que por sua vez “emoldura” **relações de fronteira** – uma dialética, portanto.

“Emolduradas”, as nossas **relações de fronteira** parecem necessitar de “plebiscitos diários”, ou, se quisermos, de “referendos cotidianos” definidores de territórios *eles mesmos campo* e **relações de fronteira**. E todo dia falamos, ouvimos, pensamos, confabulamos, imaginamos, fofocamos, sonhamos, fabulamos, desejamos... e vivemos **campo** e **relações de fronteira**: “Tem pão velho?”⁵; “Meu pai comprou um jogo do playstation da copa do Brasil, mas em vez da copa do Brasil veio a copa do mundo, é, veio lá do Paraguai, foi por isso que veio assim, falsificado”⁶...

E é assim, por tudo o que falamos, ouvimos, pensamos, confabulamos, imaginamos, fofocamos, sonhamos, fabulamos, desejamos... e vivemos, que *marcamos as fronteiras*, que é a forma-conteúdo de também *marcamos territórios*.

5 Em geral, meninas e meninos indígenas Guarani e Guarani Kaiowá, em Dourados (MS), mas certamente também em muitas outras cidades, perambulam pela cidade, geralmente com familiares (mulheres, mães e irmãos e irmãs mais velhos) e passam pelas casas pedindo “Tem uma coisa pra dá?”, ou “Tem pão?” Esta relação foi “consagrada” pelo poeta Emmanuel Marinho, de Dourados, no poema “Genocídio”: “(crianças batem palmas nos portões)/tem pão velho?/não, criança/tem o pão que o diabo amassou/tem sangue de índios nas rua/se quando é noite lua geme afitapor seus filhos mortos./tem pão velho?/não, criança temos comida farta em nossas mesas/abençoada de toalhas de linho, talheres/temos mulheres servis, geladeiras/automóveis, fogão mas não temos pão./tem pão velho?/não, criança/temos asfalto, água encanada/super-mercados, edifícios/temos pátria, pinga, prisões/ armas e ofícios mas não temos pão./tem pão velho?/não, criança/tem sua fome travestida de trapos nas calçadas/que tragam seus pezinhos de anjo faminto e frágil/pedindo pão velho pela vidatemos luzes sem alma pelas avenidas/temos índias suicidas/mas não temos pão./tem pão velho?/não, criança/temos mísseis, satélites computadores, radarestemos canhões, navios, usinas nucleares/mas não temos pão./tem pão velho?/não, criança/tem o pão que o diabo amassou/tem sangue de índios nas ruas quando é noite/a lua geme afitapor seus filhos mortos./tem pão velho?” (disponível em: <<http://borboleta.vermelhalivre.blogspot.com/2009/11/genocidio-emmanuel-marinho-criancas.html>>. Acesso em 16 jan.2010).

6 De menina de dez anos em clube do Parque Alvorada, Dourados (MS), em junho de 2010.

[...] o limite [um conjunto, cuja fronteira é um subconjunto] é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. [...] os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Ao falarmos..., uma **relação**, definimos, querendo ou não querendo, um **campo**: as palmas das mãos índias de meninos guarani ressoam dentro de casa e logo alguém fala: “Deve ser índio”; o DVD da copa do Brasil virado copa do mundo enseja outra exclamação: “Essa porcaria só pode ser do Paraguai”...

Como “sistema sêmico” (sistema que informa, e, mais, que comunica [cf. RAFFESTIN, 1993]), toda fronteira é também *a comunicação em fronteiras*: nas batidas de palmas indígenas, sussurramos o outro dentro de casa; nas copas de futebol trocadas, bradamos a “verdade” e a “originalidade” nacional brasileira ao comunicarmos que tudo o que é falso vem de fora, que ali imaginamos Paraguai.

As fronteiras, assim, vão se fazendo (sendo feitas), se desfazendo e se refazendo em nossas comunicações cotidianas, manifestadamente como *modos de produção de fronteiras*. Tornando-os *espetaculares* (os *modos de produção de fronteiras*), fazemos com que participem de nossa “sociedade do espetáculo” (à frente, aprofundaremos esta questão).

“Deve ser índio aí da reserva”. “Essa porcaria só pode ser do Paraguai”... Definimos *o que é, quem é e de onde é*. Ao definir (que é outro modo de limitar-delimitar), instauramos *relações de poder* daquelas que *se fazem em eu posso e nós podemos*. Se *tu, ele, vós* ou *eles* são variações no interior do grupo ou da etnia que me encontro, também podem; caso contrário, *devem* “ouvir” calados, olhar desconfiados, voltar o rosto, “indiferençar” a diferença...

Nos *modos de produção de fronteiras* cotidianos, a relação é sempre a da comunicação, seja aquela que instaura a condição entre iguais (“Vai ver se é índio”), seja aquela que estabelece a condição da diferença

(“Deviam é trabalhar”). Por isso, como diz Raffestin (1993, p. 165), “Há uma inegável coerência entre os sistemas sêmicos e os modos de produção”. Aqui, *sistemas sêmicos de fronteira e modos de produção de fronteiras* definem “projetos sociais”: o projeto “branco”, não-índio, do trabalho anti à mendicância, a caridade; o projeto nacional, não-estrangeiro, da “ordem e do progresso”, *sem falsificações*.

Inequivocamente, todo limite é político, pois instaurado em relações de poder, define *espaços de poder*. No Mundo Moderno, o limite/a fronteira hegemônica é o/a da Nação (ou das Nações), tornando-se também ela “manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia”: “Quando a fronteira se tornou um sinal? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial “absoluto” e tornou unívoca a mensagem fronteira = limite sagrado” (Raffestin, 1993, p. 166).

“Sagrada”, “natural”, toda fronteira se quer eterna: *para trás e para frente*. Paradoxalmente, no extremo, toda reafirmação da fronteira se constitui também como certa tentativa de fazer do Outro, o Nós: “Se índio trabalhasse”; “Se o Paraguai produzisse”... Uma tentativa que, se passada à condição de realização, erigiria a semelhança sobre a dessemelhança, ou, no mínimo, demandaria a produção de outros sinais distintivos (“Os índios são bêbados”; “Os paraguaios não pensam no futuro”...).

Em “ordem e progresso”, o tempo é central. O Brasil mira o futuro, enquanto indígenas e paraguaios vicejam sobre o peso do passado. Diz Raffestin (1993, p. 169): “o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo” (sem querer polemizar, mas esta parece ser outra dicotomia esquemática reafirmada, como aquela entre *relação* e *campo*, pois, para a primeira, e espaço é o próprio tempo *figurando-se* nas relações que, dialeticamente, são sempre os tempos todos, mesmo que desigualmente, *grudados* no agora – em aproximação tanto a Milton Santos [2002; 2004] como a Doreen Massey [2008]).

“Os índios devem trabalhar”; “O Paraguai deve progredir”... Os verbos *devem se fazer carne*, territórios e fronteiras, e *habitar entre nós*. *Devem*, porque *não fazem* e continuam *a dever*. *Fazem*, porque *devem* e continuam a fazer. *Devem fazer o dever* para, além do verbo, também fazer a *carne* habitar entre nós. Os corpos indígenas que *se mostram* nas palmas meninas e os corpos paraguaios que *se mostram* no DVD “falsificado”, devem deixar de pedir e deixar de copiar; mas nada de originalidade, apenas *à nossa imagem e semelhança*.

É assim que os limites (e as fronteiras) “fazem parte do nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo”, e a “reprodução social não sendo, enfim, nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos, consumidos” (Raffestin, 1993, p. 170).

Produzimos, trocamos, consumimos... falamos, ouvimos, pensamos, confabulamos, imaginamos, fofocamos, sonhamos, fabulamos, desejamos... e vivemos os limites/as fronteiras – as nossas territorialidades do mundo.

A territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”, na medida em que “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

As relações são sempre *relações com*, ou *in* ou *out*, *para dentro* ou *para fora*, em processos de identidade-identificação/alteridade-diferenciação (em aproximação a Stuart Hall [1999]). O Outro “sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou grupos que aí se inserem”, em que a “territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade” (RAFFESTIN, 1993, p. 159 e 161).

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem

assumir. Cada sistema segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstanciada a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

É nas relações cotidianas que as territorialidades se fazem e se reproduzem. Como as fronteiras, todo território e toda territorialidade permanecem *amanhã como foram ontem* através de “plebiscitos diários”, e que, sem os quais, desmoronariam a cada nova relação.

Territórios, territorialidades e fronteiras são nossas marcações nas relações e nos campos cotidianamente postos e repostos. Através deles, *delimitamos* “o interior e o exterior” e, como na “*regere fines*” definindo, por exemplo, a demarcação do templo de um Deus, *delimitamos* “o reino do sagrado e o reino do profano” (em aproximação a outra passagem de Raffestin [2005, p. 10]). A conotação religiosa transborda dos templos e se fixa em nossa moralidade: “um traço sobre o solo [também assume] a presença da ordem”, e “sua manifestação, de alguma forma, para o outro, é muito marcante, já que resulta de um rito, de um costume” (RAFFESTIN, 2005, p. 10-11).

Marcamos, ritualizamos e nos acostumamos à condição de seres de fronteiras, com nossos “modos de diferenciação” nos quais *a parte vira o todo e o todo vira a parte*. A fronteira internacional – hegemônica no Mundo Moderno fragmentado em Estado-nações – interdita, e ao fazê-lo, como mecanismo também de “modos de diferenciação”, *faz-se* parte do todo nacional que, “manipulada pelo Estado aparece como negativa” (entre aspas, passagens de Raffestin [2005, p. 12]).

De um lado a ordem, de outro, a desordem.

A ordem e a desordem não são, paradoxalmente, noções opostas e não representam mais do que momentos de um processo semelhante ao da cinemática da fronteira. A fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora. Ela é a expressão de

um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais (RAFFESTIN, 2005, p. 13).

“A borda é pior que o lençol”! Neste provérbio francês citado por Raffestin (2005, p. 14), mais que a expressão da negatividade sobre a borda (a fronteira), o que resvala é a tentativa de separar o inseparável: o lençol (qualquer território) só existe com suas bordas (limites, fronteiras). Aqui, a separação do todo – de uma de suas partes – é mais que “metonímia”, mas manipulação de um poder (nacional) que se projeta como “unidade nacional”, ao mesmo tempo em que sua “moralidade” joga o jogo de espelhos dentro/fora e centro/bordas: a fronteira como espaço/tempo *performático* de um poder que instaura o “paraíso” dentro e o “inferno” fora (“O inferno são os outros”, em aproximação a Jean-Paul Sartre [2007]).

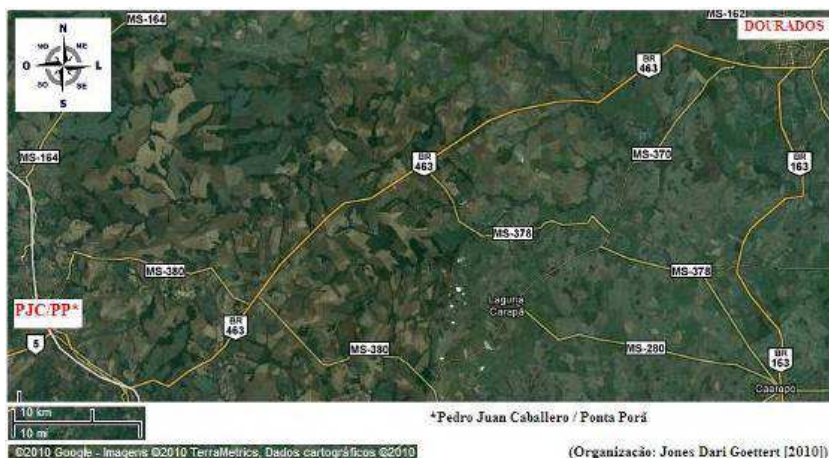
Assim, na condição de espaço/tempo *performático*, a fronteira, manipulada como “entre-lugar” de um dentro/fora ou de um centro/bordas, ou entre o “paraíso” e o “inferno”, pode ser a simultaneidade ambígua-reflexiva em sua manifestação mais radical: a fronteira como “paraíso” e “inferno”, *ao mesmo tempo e no mesmo lugar* – a “fronteira e suas metamorfoses”, como nos diz Raffestin (2005, p. 15).

2 - Quando o “paraíso” mora ao lado

A fronteira é produção em suas dicotomias, ambiguidades, seus duplos sentidos, paradoxos e contradições.

“Entre” Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a fronteira (e o Paraguai, especificamente) vai se fazendo longe do limite internacional. Já em Dourados, a aproximadamente cento e dez quilômetros das “cidades gêmeas”, pela rodovia BR-463 a fronteira vai *se mostrando* em sua versão edênica, em que outdoors, placas e faixas anunciam o “paraíso das compras”.

Percurso entre Dourados e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero



São aproximadamente cento e cinquenta anúncios de uma fronteira que *se faz* pela ansiedade (e até adrenalina) sobre o percurso que parece nunca terminar. A cada momento, de quilômetros a quilômetros (muitas vezes por alguns metros apenas), o “espetáculo” da fronteira vai *se mostrando* de forma cada vez mais frenética, até que, já por entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, as bandeiras brasileira e paraguaia, em grandes mastros no centro de um trevo (ou rotatória), anunciam a bi-nacionalidade, indicando, em um dos lados, que o paraíso começa ali: Shopping China.

Mas o que vai *se revelando*, desde Dourados (as imagens que, mesmo que mais distanciadas, já aparecem muito antes, como entre Campo Grande e Dourados), é a fronteira como imagem, *uma imagem*. A fronteira vai *se mostrando* bem antes dela mesma, ou seja, bem antes de se materializarem, em “carne e osso”, as lojas “paradisíacas” que *encantam olhos, esvaziam bolsos e enchem os carros*.

E nesse sentido, a prudência é importantíssima: o que *se mostra* e o que *se encontra*, para “turistas de compras”, é *uma fronteira*, aquela que os olhos veem bem antes, aquela que o senso do consumo apruma, aquela que se mostra *de frente e à frente*.

A fronteira vai *se fazendo* nos anúncios, que abrem e ao mesmo tempo são parte de um espetáculo. “A sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997). *A fronteira do espetáculo*.

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação. [...]

As imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada *parcialmente* apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudomundo *à parte*, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizado, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo (DEBORD, 1997, p. 13).

No entanto, como aponta o próprio Debord (1997, p. 14), “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Como *relação social*, a fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero vai *se fazendo* “paraíso” a cada nova imagem à margem da estrada-rodovia, dando a direção, apontando o caminho, “iluminando” o consumo, como “hipnose” do comportamento que se “molda”, primeiramente à estrada, depois às lojas, como materialização do espetáculo, virado, ali, “paraíso”.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do

diálogo. Sempre que haja *representação* independente, o espetáculo se reconstitui (DEBORD, 1997, p. 18).

Um *espetáculo da sociedade* e uma *fronteira espetacularizada* que *se fazem* espacialmente. Os outdoors, as placas e as faixas como centros indicadores da fronteira, e lá chegando, a fronteira se fazendo centro do mundo. O território da fronteira é um movimento produzido, construído e inventado no *caminho*, e as imagens *se materializam* sobre uma *linha* pouco imaginária, e, no entanto, ela mesma a materialização sintetizada de imagens que vieram antes: “O espetáculo é o mapa desse novo mundo, mapa que corresponde exatamente a seu território. As forças que nos escapam *mostram-se* a nós em todo o seu vigor” (DEBORD, 1997, p. 24).

A fronteira vira turismo: mercadorias, lojas e shoppings! O que muda das mercadorias, lojas e shoppings da não-fronteira? Aqui, é a própria viagem – o caminho – que vira turismo. Um “turismo de compras” no qual a estrada é produzida e consumida simultaneamente. Imagem e semelhança de “todas” as mercadorias, lojas e shoppings do Mundo Moderno, a fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é *ilusão da ilusão* para turistas com seus carros também espetaculares: o “turismo de compras” ultrapassa as mercadorias físicas e se instaura como “turismo do ócio”, pois o mais importante não parece ser o comprar o que as vitrines e gôndolas exibem, mas viver o consumo como imagem: *compro, logo existo*.

Subproduto da circulação das mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço (DEBORD, 1997, p. 112).

Entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, *tudo virou equivalência* aos mercados de “todos” os lugares... Menos a fronteira, que vira a própria

publicidade, o próprio espetáculo. A publicidade *se desprende* do Mundo e vira o próprio Mundo. A publicidade vira uma das mercadorias – senão a central – de consumo.

O sistema tradicional de valores e as disciplinas axiológicas que dele dependem estão em plena crise. O processo de urbanização acelera a descristianização das massas, desencadeada pela revolução industrial. A família, a moral, o direito estão cada vez mais desadaptados para uma mutação generalizada, que opõe os países, os grupos sociais, as idades, em escala mundial. A arte contemporânea oferece o espetáculo de uma errância criativa sem freios, sem normas e sem objetivos. Quanto à política mundial, liberada das regras jurídicas e religiosas, cede à tentação da violência e conduz talvez a uma catástrofe planetária. Em face deste mundo angustiado, que a televisão torna presente a todos, a publicidade evoca um mundo ideal, purificado de toda tragédia, sem países subdesenvolvidos, sem bomba nuclear, sem explosão demográfica e sem guerra no Vietnam. Um mundo inocente, cheio de sorrisos e de luzes, otimista e paradisíaco (QUESNEL, 1974, p. 86).

Outdoors, placas, faixas, shoppings, lojas, mercadorias e fronteira: qual o elemento espetacular de *coisas* que podem ser encontradas “em qualquer lugar”? A fronteira: é, aqui, a especificidade de um Mundo marcado pelo mesmo. A fronteira é o “paraíso”. A fronteira, assim, vai se fazendo (sendo feita), se desfazendo e se refazendo em nossas comunicações cotidianas, manifestadamente como *modo de produção de fronteiras*. Tornando-a *espetacular*, fazemos com que participe de nossa “sociedade do espetáculo” como o “paraíso” na Terra, mas não na *nossa terra*, e sim na *terra de lá*.

A fronteira como “paraíso” e como “imagem”. “A imagem (as imagens como variações múltiplas de uma mesma estrutura) sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações” (RAFFESTIN, 1993, p. 152), manifestando-se, como *entre* Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, como fronteira *em e para* o mercado.

É evidente que, no *entremeio* entre Dourados e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, manifestações “imagéticas” de um “não-paraíso” se manifestam, como acampamentos de sem-tetos, umas e outras casas simples de gentes simples, como “imagens” do Estado (pontos e postos da polícia e de fiscalização) e como imagens da grande pecuária e do agronegócio (estas, também atestando que *partes* do “paraíso” participam do *lado de cá* da fronteira)... Mas são “imagens” que apenas parecem referendar o caminho que, se por vezes apresenta contrastes entre a visão “paradisiaca” e do “inferno”, indica que, *no final* ou *lá longe*, encontrar-se-ão, todas e todos, com o “paraíso”.

Contudo, mas não menos emblemático, a “fronteira do espetáculo”, se por um lado vai se mostrando na hiper exposição de *suas imagens* (outdoors, placas e faixas...), por outro parece se fazer na manutenção ou na ocultação de um “segredo”, em que é preferível o silêncio e a manifestação tácita à exacerbação de que, se há um “paraíso”, é porque o “inferno” mora ao lado.

É assim... “O segredo generalizado mantém-se por trás do espetáculo, como o complemento decisivo daquilo que mostra e, se formos ao fundo das coisas, como sua mais importante operação” (DEBORD, 1997, p. 176). (No capítulo 5 retomaremos esta questão.)

3 - Imagens que levam ao “paraíso”, o “paraíso” das imagens

Seguem algumas das imagens produzidas dos mais de cem outdoors, placas e faixas anunciando a fronteira como o “paraíso das compras”, dispostas na estrada-rodovia BR-463, entre Dourados e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. Os outdoors, placas e faixas seguem a “viagem” entre a primeira e as duas outras cidades, apresentando como ponto inicial o “trevo da bandeira” em Dourados e o ponto final o “trevo de acesso” ao Shopping China, já entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (as imagens foram produzidas em trabalhos de campo em 2009 e 2010).



Trabalhadores brasileiros em Pedro Juan Caballero: trabalho e processos de identificação/diferenciação

1 - Fronteira e trabalho

A participação de brasileiras e brasileiros como trabalhadoras e trabalhadores no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero é expressiva. Em torno de vinte por cento, o Brasil tem atuação no mercado de trabalho na cidade vizinha de Ponta Porã, de acordo com percentual estabelecido em legislação própria (o que, frisamos, não impede que essa participação ultrapasse o posto legalmente). Com parte importante da força de trabalho composta por paraguaios e paraguaias, o comércio de reexportação se comporta a um conjunto de relações que, obviamente, são aquelas relativas ao próprio *modus operandi* da atividade econômica (fundamentalmente, a participação de brasileiras e brasileiros se dá como vendedoras e vendedores), mas também a relações que se constroem como parte de uma “di-visão”⁷: aquela produzida, construída, inventada, imaginada e vivida como *partes* de nacionalidades, identidades, territorialidades e cidades distintas. Compreender como essas “di-visões” se acentuam ou se atenuam no cotidiano do trabalho de brasileiras e brasileiros em Pedro Juan Caballero, atravessando diariamente o limite partindo, sobretudo de Ponta Porã, requer permear questões tanto do trabalho como fora dele, em um processo que, se

⁷ A idéia é de Pierre Bourdieu (1998), definindo uma “di-visão” como participante da construção de um “poder simbólico”, a partir de representações e imagens de *fazer ver* e *fazer crer*, de dar a condição de “real” à condição de representação.

tem o trabalho como centro, também tende a invadir outras dimensões temporais e espaciais vividas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores, em especial aquela dos processos de identidade-identificação/alteridade-diferenciação.

Como limite internacional, o que *está* do *outro lado*, para brasileiras e brasileiros que trabalham em Pedro Juan Caballero, é o Paraguai. Síntese do *lado de lá*, o Paraguai guarda as condições de estrangeiridade e de estranhamento, mesmo tão *perto*. Um *perto*, *longe*; um *longe*, *perto*. As relações cotidianas de trabalho de brasileiras e brasileiros em Pedro Juan Caballero caminham, claramente, em duas direções: em uma, parece ocorrer o retesamento daquelas imagens e representações estereotipadas do Paraguai e do paraguaio; em outra, a acentuação dessas mesmas imagens e representações mas com elementos agora decorrentes de uma “prática”, de um *eu vejo isso, as coisas são assim, é o que a gente percebe...* Em um ou em outro caso, o que se acentua é uma condição de proximidade que é sempre também uma condição de afastamento, ou seja, a fronteira se apresenta e é reapresentada a partir de uma ambiguidade permanente, em que o *outro lado* é uma coisa e também é outra, ao mesmo tempo em que o *lado de cá* se conforma a ser o anteparo do *lado de lá* (como “espelho côncavo”), mas sem perder um “comportamento” que o define como o seu contraponto. A fronteira, assim, *se escancara* menos por uma tensão permanente dada pelas relações que as trabalhadoras e os trabalhadores do Brasil em Pedro Juan Caballero constroem, mas, justamente, por essa condição ambígua em *estar dentro* e *estar fora* simultaneamente, desdobrando-se, tal condição, na forma e no jeito que brasileiras e brasileiros falam sobre suas relações de trabalho e no trabalho, no *lado de lá*.

2 - O Paraguai

“O Paraguai?”

A indagação primeira era nossa, que perguntávamos, para logo em seguida ouvirmos, em “resposta”, a re-indagação: “O Paraguai?”⁸

“O Paraguai é um outro país”!

Aparentemente prolixa – “O Paraguai é um outro país” –, dita por um dos vários trabalhadores brasileiros de Ponta Porã em Pedro Juan Caballero, a imagem é mais que a expressão simplista das diferenças entre países *tão próximos* e ao mesmo tempo *tão distantes*. Sobretudo, é a expressão de uma imagem que se constrói antes pelas “dificuldades” de aproximações recíprocas entre um e outro lado, marcados cada *lado* por especificidades espaço-temporais, político-econômicas, linguísticas e simbólico-culturais como a, antes, aprofundar as diferenças que construir pontos de aproximação.

Em “O Paraguai é um outro país” parece se manifestar mais que a representação geopolítico-cartográfica de uma América do Sul dividida em fragmentos nacionais, expressão da configuração territorial do modo de produção capitalista, como também as distâncias de todas as ordens que tendem a todo instante definir e redefinir a fronteira como “dispositivo de diferenças”, salvaguardando uma pretensa identidade dos *de dentro* (Brasil) na relação com os *de fora* (Paraguai). Assim, a simplificação da expressão à primeira vista embaraça-se na complexidade dicotômica entre identidades, culturas, economias, línguas, territórios e histórias que parecem apenas se *cruzar* para realçar as diferenças, e muito pouco para a convergência de “pontos de vista” que, em condição

8 Os contatos, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas foram feitas com trinta trabalhadoras e trabalhadores brasileiros de Ponta Porã em Pedro Juan Caballero. Aqui, seguirão sínteses que reunimos em torno dos contatos, respostas de questionários e entrevistas. Os nomes seguem tanto das empresas como das trabalhadoras e dos trabalhadores seguem incógnitos; observamos que as falas foram reunidas em contatos com as principais lojas do comércio de reexportação de Pedro Juan Caballero.

de fronteira, tendem “sempre” à manifestação (explícita ou velada) de elementos em oposição.

Para trabalhadoras e trabalhadores de Ponta Porã em Pedro Juan Caballero, uma das questões que logo se manifesta é a diferença salarial para as atividades correspondentes em um e em outro lado.

O Paraguai é uma cidade, bom, um país, né? Aqui em Pedro Juan é uma cidade bem próxima, tem comércio, assim, bem amplo e é um lugar que dá pra você, se você for um bom profissional, dá pra você ganhar bem, é um salário talvez bem mais que um salário tipo da própria Ponta Porã mesmo.

O Paraguai *é*, em Ponta Porã, também Pedro Juan Caballero, “uma cidade bem próxima”. “Fatores de atração” são rapidamente apontados como definidores para a mobilidade diária da força de trabalho: “dá pra você ganhar bem”... “se você for um bom profissional”. De imediato, a condição de brasileiro não se coloca como aspecto central para a contratação, que, como parte das relações do mercado de trabalho (territorializadas tanto em Ponta Porã como em Pedro Juan Caballero), tem na “qualidade” de quem trabalha a condição *sine qua non* para o ingresso e permanência em estabelecimento de comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero – se não vender, não fica!

As questões relativas ao trabalho, no entanto, se na “prática” se mostram separadas das questões ligadas à identidade/alteridade, na “fronteira” do trabalho se coadunam como elementos senão de tensão pelo menos de “pontos de vista”, isto é, como *pontos* presentes/ausentes “camuflados” no interior de relações que se querem e se mostram na ordem “atender-vender”, indistintamente à “língua” falada por quem compra. Na ordem-organização do trabalho no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, uma certa “desordem” também se esconde por entre imagens e representações de brasileiras e brasileiros, principalmente quando se manifesta o “Paraguai em si”, para além do espaço cotidiano do trabalho (o que não pressupõe que este espaço esteja rigorosamente separado daquele):

É, o Paraguai em si ele é assim, no meu ponto de vista, ele é bem mais assim desorganizado, é como o Brasil, né? Então você vê principalmente na cidade, no campo, em Pedro Juan, assim, é o comércio, no campo é bem mais desorganizado. Começou a melhorar bastante o Paraguai depois de alguns anos pra cá, com a influência grande de brasileiros, né? Mas o Paraguai em si é assim, no meu ponto de vista, ele é um pouco mais desorganizado que o Brasil.

Ambos – Paraguai e Brasil – “desorganizados”... Mas o Paraguai, “ele é um pouco mais desorganizado que o Brasil”! E, “Começou a melhorar bastante o Paraguai depois de alguns anos pra cá, que com a influência grande de brasileiros”... “é como o Brasil”, mas é diferente.

As diferenças começam a aparecer pela “(des)organização”. Se ambos os países são “desorganizados”, o Paraguai é imaginado como apresentando maior “desorganização”. A “organização” se daria como elemento da produção e do trabalho. Na cidade de “Pedro Juan” a “organização” seria maior, e no campo, menor.

As imagens e representações em relação ao Paraguai, construídas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores brasileiros em Pedro Juan Caballero foram mudando no movimento mesmo de participação no “mundo do trabalho” no comércio de reexportação no *lado* paraguaio. Uma das trabalhadoras entrevistadas salientou, inclusive, que a sua relação com o comércio paraguaio, antes do ingresso no mercado de trabalho em Pedro Juan Caballero, era aquela que parece prevalecer, em muitos casos, entre brasileiras e brasileiros “compradores” (de perto e de longe), a de que haveria “sempre” uma aproximação das mercadorias vendidas no Paraguai como mercadorias falsificadas e, portanto, de menor qualidade.

Mudou, mudou [a imagem que tinha do Paraguai de antes do ingresso no mercado de trabalho em Pedro Juan Caballero, durante e depois]. Eu há, praticamente, talvez aí uns sete anos atrás, eu não gostava [de] entrar no Paraguai, assim, pra comprar, pra comércio, pra fazer comércio mesmo. Eu já fui em vários lugares paraguaios, mas para comércio, eu tinha aquela visão de que eu

seria mal atendido [...] que teria produtos que não teriam qualidade, e que eu estaria comprando e arriscando [e] daqui [a] alguns meses eu me desfazer dele, é um dinheiro que eu sabia que talvez eu estaria jogando fora mais pra frente, é essa visão, sim, que eu tinha antigamente, assim eu não procurava, não investi tanto [...] no Paraguai.

[...]

O comércio local ele mudou muito, então eu acredito que de uns [...] anos pra cá, é, amadureceu bastante devido à influência dos brasileiros, não só porque eu estou lá, mais antigamente era dominado por chineses, coreanos, é libaneses [...] então isso tem muito ainda, então a forma de eles trabalhar, são muito a forma mais para o lado da escravidão, né, então o funcionário ganha pouco, trabalha muito e é muito mal tratado, então o próprio paraguaio em si, todos os empresários começaram a ter uma visão diferente, então o paraguaio ele tem família no Brasil, é aquela, aquela mistura daqueles dois povos, hoje o fronteiriço trabalha, são muito assim, né, o pai é paraguaio, a mãe é brasileira, então a influência do brasileiro no Paraguai começou a modificar o mercado financeiro, então é uma coisa que de anos pra trás, você pode conversar com qualquer um que a situação era bem mais difícil.

O Paraguai parece participar de uma “di-visão” que corresponderia àquela da relação entre “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”, entre o “centro” e a “periferia”. A “forma mais para o lado da escravidão” começaria a sofrer mudanças com a influência do Brasil – “então a influência do brasileiro no Paraguai começou a modificar o mercado financeiro”. O Paraguai, por isso, tenderia à correspondência, *grossomodo*, de uma imagem invertida da relação Brasil/“primeiro mundo”. Ali na fronteira, as diferenças, por exemplo, entre um trabalhador paraguaio “muito mal tratado” contrastaria a um trabalhador brasileiro em condições contrárias, mas que, com a *nossa* participação, “começou a modificar”.

3 - O paraguaio e as línguas

A questão, obviamente, é menos aquela que definiria um ou outro país como “organizado”/“desorganizado”, e sim de como tal imagem participa das representações de brasileiras e brasileiros sobre o Paraguai. A aproximação às ideias de “progresso”, “desenvolvimento” e “moderno” parece evidente, em especial quando se esbarra com a imagem em relação ao paraguaio.

O Paraguai é uma, é uma pessoa bem acomodada, né? Então, eu tenho diversos companheiros paraguaios [que são] excelentes funcionários, mas tem a maioria do paraguaio, ele é uma pessoa muito acomodada, então ele não visa crescimento, de certa forma, então ele estagna numa posição, então ele, pra ele está bom. Então, eu tenho muitas pessoas que são empresários, são pessoas excelentes, mais a maioria do paraguaio ele é acomodado.

A “acomodação” do paraguaio se colocaria como condição de “estagnação” em relação aos brasileiros, que, estes sim, *visariam o crescimento*:

Olha, o Brasil, assim, o brasileiro em si, ele é, bem, se for fazer uma comparação entre o paraguaio, ele é assim, se vira, né? Como a gente fala, né, “se vira nos trinta” né, então o Brasil ele tem uma, no meu ponto de vista, uma vontade, é bem assim talvez cultural né, seja de você crescer, você procurar ser um pouquinho mais ambicioso, você procurar novos horizontes, né? Já o paraguaio é mais tranquilo, porque ele arruma uma certa posição, um emprego x, ali eles tão tranquilo.

O brasileiro *se vira nos trinta*, enquanto o paraguaio *é mais tranquilo*. Aparentemente “tranquila”, a comparação enseja a possibilidade de se pensar a forma pela qual o paraguaio participa da imagem produzida no Brasil em relação a ele, em situação de inferioridade ou, no mínimo, em situação de atraso, em que a condição de “acomodação” – “talvez cultural” – o situaria em um certo “estágio” de rebaixamento na comparação com o brasileiro, que *procura* “novos horizontes”. O “novo” se contrapon-

do ao “velho”, ou, se quisermos, de um lado o *ponto de vista* para a frente (“novos horizontes”), e, de outro, o *ponto de vista* para trás (“ali eles tão tranquilo”). De um lado a “ambição”, e, de outro, a *acomodação*.

Mais do que apenas questões de “subjetividades” de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, em representações sobre o paraguaio, o que se apresenta é a construção histórica de uma pretensa diferença calcada na oposição “moderno”/“atrasado”.

Representações que se mostram também na relação cotidiana entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, como que resvalando do geral para o particular, do Paraguai para uma de suas partes, a fronteira, e a fronteira para um de seus “pedaços”... As manifestações da diferença (ou das diferenças), quando perguntados sobre as relações no cotidiano do trabalho, também se mostram em relação não apenas aos colegas, mas com os próprios clientes do comércio de reexportação.

Dá pra perceber diariamente a diferença entre o brasileiro e o paraguaio. Você vê, você nota porque noventa e nove por cento dos clientes da fronteira são brasileiros, é pouquíssimos clientes paraguaios [que] compram ali na região do comércio local mesmo, né? Então, você vê que quando um brasileiro vem pra cá ele se sente mais à vontade de ser atendido por um brasileiro do que por um paraguaio, porque na maioria das vezes o brasileiro é, atende melhor, tem uma informação melhor. É assim: dá uma, é, como vou te falar, é uma, ele aceita bem melhor do que um paraguaio, né, tem essa certa dificuldade, né, então, de você chegar e ser atendido por um paraguaio, talvez.

O jeito de atender um cliente tende a mudar se o vendedor for um brasileiro ou um paraguaio. O brasileiro teria “uma informação melhor”, enquanto o paraguaio “tem essa certa dificuldade”. “Informação” e “despreparo” se aproximam de “novos horizontes” e de “acomodação”. *Do geral ao particular*, as imagens e representações tendem a assegurar a produção/reprodução de um contraste que parte das relações de fronteira, aqui demonstradas em *fronteiras* do fazer no trabalho, e de como esse fazer se

mostra naquilo que entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero apresentam, atualmente, como maior força. Isto é, a produção de um espaço marcado pelas possibilidades de comprar barato o que o mercado enseja como novas necessidades para um novo tempo. Ironicamente, *o novo se encontra no velho*, mas *o velho se faz novo* pela participação de *novos sujeitos*, as vendedoras e os vendedores brasileiros que fazem com que o cliente, *noventa e nove por cento* das vezes brasileiros, “se sinta mais à vontade”.

Os clientes brasileiros prefeririam vendedoras e vendedores brasileiros, até porque os paraguaios não apresentariam a “espontaneidade” típica do Brasil:

Você, apesar da fronteira ser assim, ser os paraguaios, são o contrário dos brasileiros, os paraguaios, são eles, tem muita vontade de aprender uma segunda língua, terceira língua, na verdade eles falam duas, né, normalmente. O brasileiro não, o brasileiro a gente, se de certa forma, se a gente não quer aprender a estar no Paraguai, a gente não gosta de falar o espanhol, é, eu entendo algo, mas eu não gosto, só falo em últimos casos. O paraguaio, não, ele tenta, ele é uma, ele é uma pessoa esforçada, né, mais muitas vezes eles pecam na parte de atendimento, de você aprender a mais, se profissionalizar na área melhor pra dar um atendimento melhor, isso o brasileiro tem como espontâneo. Essa espontaneidade, de você vai em qualquer lugar, você vai trabalhar, vai vender qualquer coisa, muitas vezes você, não, uma aptidão naquela área, assim, você não é um, é um profissional tão qualificado como aquilo, mas você aprende bem mais rápido que eles, de certa forma.

O paraguaio se esforçaria para “aprender um segunda língua, terceira língua”. O brasileiro, não: “a gente não quer aprender a estar no Paraguai, a gente não gosta de falar o espanhol”. O paraguaio “tenta” o que o brasileiro “tem como espontâneo”: “um atendimento melhor”.

O pretenso paradoxo entre o “esforço” do paraguaio em aprender uma segunda ou terceira línguas (ou terceira e quarta, se considerarmos que parte importante das trabalhadoras e dos trabalhadores paraguaios se relacionam, em Pedro Juan Caballero, tanto a partir da língua espanhola

como da guarani), e a “negação” do brasileiro em relação ao espanhol, em que para o primeiro estariam apontados *novos horizontes*, e, para os segundos, uma certa *acomodação*, acaba subsumido pela ótica (e *ethos* e *ética*) do trabalho, enquadrado também aqui pela perspectiva da qualificação profissional, na qual o brasileiro aprenderia “bem mais rápido que eles”.

Em alguns casos, é a própria língua espanhola que parece se colocar como elemento de diferenciação entre uma língua *superior* e outra *inferior*.

Acho [o espanhol] assim uma língua, assim, um pouco feia. Eu, eu arranho o espanhol, eu falo às vezes, eu pego um cliente só paraguaio, mesmo que só fala em guarani e espanhol mal e mal, então a gente tem que arriscar umas palavrinhas aí, então é, mais acho o lado assim, o lado emocional, acho que o brasileiro realmente ele tem vergonha, ele é mais inibido, né, o paraguaio é desinibido, então ele fala errado e não ta nem aí. O brasileiro já quer falar certinho, né, então talvez, pela cultura de querer fazer falar da maneira correta, mas aí a diferença pega você e, joga lá em Concepción, lá em Yby Yáú: quero ver você não se virá. [...] O guarani não [fala], só besteira.

Em alguns casos, as falas de brasileiras e de brasileiros que trabalham no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero evidenciam a negação da/das língua/línguas do Outro. Em novo paradoxo, a *superioridade* brasileira se desmancha na comparação entre os paraguaios que se apresentariam mais desinibidos (“o paraguaio é mais desinibido”) e os brasileiros que tenderiam a um comportamento dissonante (“ele é mais inibido”). E se inicialmente essa fala alude a uma questão estética em relação à língua espanhola (“um pouco feia”) e a uma questão pitoresca em relação à língua guarani (“só besteira”), ao final a constatação de que se a *fronteira* possibilita *ir se virando*, no interior do Paraguai, pouco ou nada compreendendo ou falando espanhol ou guarani, “quero ver você não se virá”.

No entanto, o “jogo das línguas” na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, como era esperado, ultrapassa o “mundo do trabalho”, ele mesmo *invadido* pelas relações do *cotidiano da fronteira*, em que

línguas são aprendidas a partir das relações construídas como amizade, afeto e até parte de relacionamentos mais curtos ou mais longevos.

Sobre as línguas guarani e espanhol:

Tem brasileiros [que falam o guarani]. É, tem um cunhado meu que ele, é mãe paraguaia e pai brasileiro, então ele foi criado, ele fala fluente guarani, então tem brasileiro que fala guarani, mas normalmente é brasileiro que já foi criado no Paraguai lá dentro, ou tem parentes paraguaios.

[...]

É mais difícil o espanhol, você fala naturalmente com o passar do tempo, a escrita é muito fácil, ah, se você entender é fácil, agora a comunicação, a parte de você falar, aí vai depender da pessoa, então que tem que é mais desinibido, fala, arrisca, né, arranha mais, né, agora, senão, porque até por causa dos cliente, [...] brasileiros, então, não tem aquela necessidade da gente falar espanhol. É o contrário, os paraguaio, infelizmente, os paraguaio eles que tem que ser obrigado a falar o brasileiro, o português, por quê? Porque o comércio exige isso, né, para sobrevivência financeira deles, de uma certa forma.

Primeiro, a língua guarani como participante das relações dentro mas principalmente fora do trabalho. Depois, o espanhol que é “difícil” mas que “vai depender da pessoa”, das brasileiras e dos brasileiros trabalhadores em Pedro Juan Caballero. E, em terceiro lugar, os paraguaios “que tem que ser obrigado a falar o brasileiro”.

Em condições desiguais, cada sujeito do trabalho na fronteira se faz sempre, também, com e como o Outro. Assim, o Outro são vários, múltiplos (as múltiplas línguas, os múltiplos sujeitos). O *brasileiro* é múltiplo; o *paraguaio* é múltiplo. As *vozes* do e no trabalho se multiplicam e a simultaneidade – contraditória, paradoxal, dialética – entre gentes e trabalhos, línguas e culturas e territorialidades/temporalidades se manifestam em difusão. O *brasileiro* é o colega de trabalho... mas é também aquele que fala melhor o português, língua-dialeto “oficial” do “paraíso das compras”, que “atende melhor”, que “é mais espontâneo”, que tem *visão*, e que se desloca ao *lado de lá* (para o *brasileiro*) e que ocupa o *nosso lado*

(para o *paraguaio*). O *paraguaio* é colega do trabalho... mas é também aquele que fala espanhol e que fala também, quando *pode*, o guarani, que atende de um jeito diferente, que é mais *formal*, que é “acomodado”, e que está do *nosso lado* (para o paraguaio) e do *lado de lá* (para o brasileiro). São vozes – e línguas – multiplicadas.

No “jogo de línguas”, a “mistura” é característica marcante nas relações de fronteira, em especial, nas relações de trabalho entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e paraguaios.

Os paraguaios, principalmente, são eles falam, é, eles misturam muito, então tem colegas lá que quando vão escrever, escrevem, é, um pouco em guarani, um pouco em espanhol, um pouco em português, é, então, os paraguaios eles misturam muito o espanhol com o guarani, então você está conversando com eles, eles falam duas três palavras em guarani, duas em espanhol e já misturam com o português, e isso é natural, o paraguaio, em si, é natural. O brasileiro já é difícil, então, ou a gente fala às vezes, a gente arrisca sempre quando tem um cliente paraguaio ou alguém paraguaio.

De acordo com Todorov e Ducrot (1977, p. 65 e 67), “[...] há na realidade tantas falas diferentes quantas coletividades diferentes a utilizar uma língua e mesmo, se formos rigorosos, quantos indivíduos que a empregam (sem excluir a possibilidade de haver, do ponto de vista linguístico, vários indivíduos em cada homem)”, ao mesmo tempo em que as “misturas de línguas”, com a “existência de relações regulares entre duas comunidades que falam línguas diferentes leva muitas vezes à formação de uma língua MISTA, que permite uma comunicação direta, sem o intermédio da tradução”. Para os autores, tais casos participariam de uma “geolinguística”.

No entanto, no “jogo de línguas” na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, aqui em especial no tocante às relações entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e paraguaios nos estabelecimentos de comércio de reexportação, a língua guarani tende a ocupar um lugar

secundário, sendo, por vezes, rechaçada como passível de participar das relações, em especial, entre vendedoras e vendedores e clientes.

Na empresa que eu trabalho o guarani ele é proibido, por quê? Porque já houve, assim, grandes frustrações, é, devido ao cliente estar sendo atendido por um paraguaio em português, aí o paraguaio vira pra perguntar para o colega de uma mercadoria que está na prateleira, mas fala em guarani ou até mesmo em espanhol, então normalmente o espanhol, todo mundo, qualquer brasileiro entende, alguns ainda confundem com o guarani, então cria aquela situação delicada, né, então, o cliente já olha de cara feia, já acha que está falando mal ou às vezes o paraguaio dá uma risadinha, assim, e outra o paraguaio ele tem uma maneira muito, ele fala muito forte, né, então ele não, que nem o brasileiro que as vezes fala baixinho, procura ser bem educado, então eles são mais, eles falam mais e a língua em si não é uma língua tão bonita, né, então as vezes você fala o guarani para falar uma palavra e soa como uma, como um xingamento, alguma coisa assim, então com certeza o cliente, o cliente final, ele sente muito isso.

Se as relações centrais são aquelas dadas pela lógica do mercado, um certo “mercado das línguas” requer a aproximação a práticas (e o falar também se coloca como uma prática) estritamente de mercado, que, na fronteira em análise, são definidas pelo comércio que pressupõe a necessidade de que vendedoras e vendedores, e atendentes em geral, vendam. E, ali, falar também é um *jeito de vender*.

Dessa forma, se a língua guarani não cumpre rigorosamente a lógica do mercado comercial, a manifestação mais eloquente de brasileiras e brasileiros trabalhadores no comércio de reexportação foi a de que haveria uma certa “norma” disciplinadora para, senão o impedimento do uso da língua guarani nos estabelecimentos comerciais, pelo menos, a sua atenuação.

É uma norma aqui que não dá para se controlar. Então, nós na empresa a gente colocamos isso como uma regra, por quê? Porque chegou uma hora que estava havendo muita fofoca, muita intriga, entende? Então, sempre na língua guarani, porque os pa-

trões, os gerentes eram todos brasileiros e os funcionários ficavam de intriga, né, então gerava aquela, a gente não entendia, né, as vezes a pessoa estava conversando como está a gente aqui, né, falando em guarani, dando risada e metendo o pau, né, metendo a lenha, entende? Então, isso fora a questão dos clientes, então, mais não dá pra você punir, porque senão eu vou só colocar brasileiro lá para trabalhar e vou mandar todo mundo embora. Então é pelo extinto deles, é difícil você restringir isso.

A comunicação, na fronteira como espaço do vender e do comprar, é aquela no negócio, da compra e da venda. Contudo, nela, relações de fora do “mercado” (como a língua guarani) e outras questões culturais, tendem a “interferir” naquilo que deveria ser, ali, exclusivamente, relações que provocassem a venda do que está disposto para venda.

Em território estrangeiro, para brasileiras e brasileiros, o Outro pode tender à construção de uma resistência identitária-linguística ao, *entre os seus iguais*, desenvolver a “fofoca” como elemento de comunicação mas também de uma certa articulação cultural dos *de dentro* em relação com os *de fora* (em aproximação a Norbert Elias e John Scotson [2000]). A ininteligibilidade estaria assegurada por uma língua que é, em grande medida, apenas “manuseada” por paraguaias e paraguaios, e por isso se colocaria como suporte e elemento crucial de um poder que se construiria pelas “margens” das relações dominantes, ao mesmo tempo, também, ele mesmo parte das relações entre os *nacionais* e os *estrangeiros*. Assim, mais que um “jogo de línguas” construído apenas pela lógica do mercado, é o próprio “jogo” que vai, também, redefinindo relações de pertencimento e de estranhamento, de identidade e de alteridade.

4 - O trabalho

A empregabilidade de brasileiras e brasileiros no comércio de re-exportação em Pedro Juan Caballero se caracteriza grandemente, para o seu ingresso, de relações, contatos, informações e indicações prévias. Mesmo que todas e todos tenham indicado que a definição da admissão

se assentava na “experiência”, foi unânime a informação de que “redes de informação” tiveram papel decisivo para a contratação. Da mesma forma, foi comum a percepção de que as comparações com o trabalho em Ponta Porã e com as remunerações pesaram, mesmo que modestamente, nas “vantagens” do lado paraguaio – vantagens que são, em geral, imediatas, mas que tendem a não ser interessantes a médio e a longo prazo, o que possibilita afirmar que há o entendimento de que o trabalho em Pedro Juan Caballero tende a ser sempre transitório ou temporário, delineado, como se constatou pelas entrevistas, em tempo médio de três a quatro anos, além de rotatividade entre os estabelecimentos de atividade do comércio de reexportação.

As relações profissionais também tendem a ser construídas – antes ou depois do ingresso na empresa – como relações de maior proximidade, e “sempre” as comparações com o *lado* brasileiro.

Eu conheci o dono da empresa através, antes de ele abrir a empresa, né? Então eu procurei um curso profissionalizante de informática, fiz técnico em informática, eu já tinha o curso básico, já tinha trabalhado nessa área e minha intuição, o que eu gostaria de fazer, é trabalhar como técnico, então eu fui procurar um curso profissionalizante na cidade [Ponta Porã], acabei conhecendo esse futuro proprietário lá, foi meu professor, começou aí uma relação entre amizade eu estava ainda no meu antigo emprego, comecei a já dar uma pleiteada, né, procurar me envolver porque eu já estava querendo, eu tinha anseio de sair, eu já sabia das propostas que ele queria abrir uma loja, tinha feito um teste já e fui me adaptando aos poucos, eu fui usando meu tempo de serviço que tinha algumas folgas, né, aí eu fui testando eu ia ficava um mês, voltava nas minhas férias, então, eu vi a loja abrir as portas e estou até hoje lá. Então eu comecei como gerente, desculpe, eu comecei como vendedor e hoje eu sou um gerente de vendas, então é um mercado que nem eu te falei, é um mercado muito bom. E o que levou-me a sair [do emprego em Ponta Porã]? Na época foi a proposta financeiramente, era tentadora, então eu larguei o emprego de carteira assinada no Brasil, numa empresa grande, uma empresa, uma das maiores empresas familiares do Brasil na parte agrícola de grãos, e tinha auxílio transporte, auxílio, valia a

pena, só que a proposta na época no Paraguai foi melhor, talvez trinta por cento melhor do que eu ganhava e que me fez, assim, pela segurança, pelo contrato, que eu fui, é, fez valer a pena. Hoje, talvez, financeiramente, é, com essa crise mundial o Paraguai, o comércio local deu, diminuiu bastante, né, já faz quase dois anos já hoje, então, mais ainda mesmo assim, é, compensa.

Como aludimos acima, as conversas com trabalhadoras e trabalhadores brasileiros de Ponta Porã em Pedro Juan Caballero apontaram que, mais do que falar o espanhol (as referências à língua guarani foram “apenas” aquelas das proibições, como apontadas anteriormente), o importante era apresentar um currículo que apontasse experiências – ou “conhecimentos” – mínimos ou razoáveis sobre o serviço, como atendimento ao público e ciência a respeito, por exemplo, de equipamentos eletro-eletrônicos, em especial os relacionados ao setor de informática.

Outros aspectos também acabaram aparecendo e foram sendo revelados naquilo que trabalhadoras e trabalhadores brasileiros compreendem como sendo importante para a contratação.

Quais os requisitos para se trabalhar aqui? Então, eu acho, tem que falar bem, tem que ter uma bagagem, não precisa ser um vendedor experiente, porque quanto mais experiência a pessoa tem no Paraguai principalmente adquire vícios.... Vícios, então, vícios de você trabalhar de forma ilegal, né, então, onde eu trabalho a gente tem assim uma honra, né, de falar que nós somos uma empresa muito legal, então a gente não vende, não faz diversas trambicagem que o pessoal faz, né, então onde você contratar um vendedor experiente, é isso, ele tem vícios, mas se a pessoa for, souber falar bem, tiver um carisma, não ter vergonha de atender, é, for uma pessoa esforçada, uma pessoa inteligente, então ela tem uma grande chance de trabalhar e ganhar bem no Paraguai.

O trabalho, as brasileiras e os brasileiros, e os “vícios”.

O vício, o vício que a gente diz aqui na circulação local, aqui, o vício de um funcionário antigo é porque, por você estar no Paraguai, existe muita ilegalidade, então você vende nota fria, você

trabalha com entregas, você vende produto, tem empresas que vendem produtos roubados, usados, tem de tudo, então o vício que eu falo é funcionário antigo que já conhece, já trabalha muito tempo no mercado, que gosta de ganhar dinheiro fácil e faz de tudo pra ganhar, então tem empresas que só sobrevivem com entregas, com venda de aparelhos, que não são totalmente legais, como scai-gato, que o pessoal fala, com a entrega de notebook, vendas de talão de nota fria, é uma coisa normal em muitas lojas, o vendedor tem a mesa dele, aí ele abre a gaveta, tem um maço de nota fria, né, então ele vende por cem reais, cento e cinquenta reais, então isso muitas vezes o patrão não sabe, mas isso é uma forma clandestina de se trabalhar, né, então o vício do funcionário é isso. Isso que empresas corretas evitam, porque isso, às vezes você coloca uma pessoa desse nível num local que tem pessoas trabalhando de uma maneira totalmente correta, isso vai influenciar, né?

Os “vícios” e as “entregas”:

Normalmente isso funciona na questão do Mato Grosso do Sul, né, pra lá o pessoal já não tem muito contato, mas é um exemplo, o cliente liga para uma determinada empresa, pede um notebook e pergunta se pode ser entregue em Campo Grande, aí a pessoa deposita o dinheiro, faz todos os trâmites, aí o cara normalmente, são pessoas do ramo que fazem entregas aí, né, então de diversidade, de diversas áreas, então, aí eles entregam em várias cidades como Campo Grande, Dourados, então eles cobram o frete para ser entregue isso tudo na maneira clandestina, né?

Mesmo na condição de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros em Pedro Juan Caballero, brasileiras e brasileiros apresentam ciência importante quanto à necessidade de “indicação” às vagas abertas nos estabelecimentos comerciais.

Olha, realmente, hoje o mercado não está tão bom, como a gente fala, tem muitas pessoas boas, têm muitas pessoas, os profissionais excelentes, né, mas os mais cogitados tem, é com certeza são os mais difíceis de contratar, mas, assim, hoje, tudo quanto é qualquer lugar também que não seja uma empresa, não seja um

cargo público federal, então tem muito, é indicação, então você tem que ter talvez para você conseguir um emprego bom, você tem que ter uma indicação lá dentro, você tem que ser um excelente profissional, mas você tem que ter uma ajudinha para você poder estar entrando.

A questão “profissional”, em mercado de trabalho na fronteira, como é o caso do comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, também é perpassada pela questão nacional, uma vez que as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros apontaram que a maior participação de trabalhadoras e trabalhadores paraguaios nas empresas é definida legalmente. Ao mesmo tempo, são elucidativas as falas de que a participação de brasileiras e brasileiros no comércio de reexportação se ligaria à maior capacitação sobre, em especial, o conhecimento em relação aos produtos a serem vendidos, em especial os da linha de “informática”.

Pesa [a maior capacitação]. Pesa porque, se você for olhar pelo lado legal, pesa para o lado paraguaio, porque você tem que dar mais é emprego para os paraguaios devido às normas, as leis... Brasileiro, só que aí, pesa para o lado profissional, pelo lado de ter uma bagagem melhor, de você ter uma facilidade maior de aprender as coisas mais rápido, então você fica na balança, você fica entre, mas com certeza no comércio local está prevalecendo bastante o lado brasileiro, né, então está, assim, talvez tenha muitas empresas que você percorresse, empresas que, principalmente empresas grandes, empresas que mexem com informática, eletrônicos, você vai ver que tem muito brasileiro e os principais cargos como gerência, é gerente de seções setores, estão pessoas qualificadas são bastante, talvez setenta por cento seja brasileiros.

A “qualificação” que também estaria relacionada, de uma ou de outra forma, à escolaridade – às diferenças entre o Brasil e o Paraguai.

Também, a maioria dos brasileiros tem nível, não nível superior, mais o ensino médio completo. Alguns estão fazendo faculdade, muitos paraguaios também fazem faculdade, que fica numa forma bem mais fácil que os brasileiros, mas muitas empresas inves-

tem bastante em aperfeiçoamento, em treinamentos, então nós particularmente, nós temos reuniões semanal, né, então temos treinamentos, eu ministro treinamento de atendimento de serviço, então a gente tem curso [...], então a gente sempre está assim dedicando esses treinamento [...] pra poder a gente ter excelência no atendimento. Hoje não é só preço, então hoje você tem que o atendimento faz a diferença.

A importância do *duo* “qualificação” e escolaridade – com prevalência da primeira característica – estaria assentada sobre a relação com os clientes, a maioria brasileiras e brasileiros. “Muito exigente” e “bom atendimento” seriam os elementos de encontro para “ganhar o cliente”, que “é um cliente que é sempre fiel”.

O brasileiro, ele é um cliente muito exigente, então você tem que dar uma atenção enorme, você tem que ter, você tem que estar dominando o assunto, você, tá, que está trabalhando com ele, então você tem que explicar, é uma pessoa que você, como todos gostam de pegar as coisas na mão, né, eu sempre falo: brasileiro gosta de pegar as coisas na mão, então você tem que dar uma atenção boa e a pessoa, como todo brasileiro, é uma pessoa de fácil convívio, né, então você investe num bom atendimento, já começa a virar um pouquinho amigo do cliente e começa a ser aquele relacionamento saudável, que aquilo ali vai te render, muitas vezes não rende fruto na hora, você tem que ganhar o cliente, mas é um cliente que é sempre fiel, né?

A participação majoritária de brasileiras e brasileiros como compradores das mercadorias nos estabelecimentos de comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, e, em função disso, a importância e até necessidade de mão de obra que saiba “lidar” com esses clientes, poderia ensejar uma concorrência e até uma disputa por trabalhadoras e trabalhadores (“qualificados”) brasileiros. Contudo, um dos trabalhadores entrevistados apontou que essa possível “disputa” poderia ocorrer, *talvez*, para cargos de comando (como supervisão e gerência), e que, para o mercado de trabalhadoras e trabalhadores diretamente ligados ao público consumidor, o preponderante seria a “qualificação” – o “funcionário bom”.

Não nem tanto [disputa, concorrência], porque, assim, hoje o Paraguai, ele é assim um mercado financeiro, um comércio local, o funcionário quando ele é bom ele fica numa determinada empresa e ele não fica pulando de galho em galho. Às vezes tem o funcionário bom, só que ele tem muitos vícios que cada três quatro meses ele está numa empresa, são funcionários excelentes que sempre vão ter espaço no mercado, mas eles não se dão por algum motivo de o patrão ou o funcionário, mas eles sempre ficam pulando... Mas assim a concorrência, as propostas mesmo, é difícil, então já às vezes acontece de você receber uma proposta, mas assim não é tão concorrido, às vezes quando a pessoa quer procurar emprego, e tem contato com os empresários, fica fácil quando ele quer ele abre a boca e já sai distribuindo, é procurando emprego, ele consegue, né, mas não que talvez os empresários em si venham atrás de você, é mais difícil, mas normalmente acontece isso quando é cargo de gerência pra cima.

A possível concorrência entre empresas por mão de obra “qualificada” poderia se dar, por outro lado, em função da “importância” das empresas, ou pelo menos daquelas que apresentam maior ou menor visibilidade no conjunto das empresas atuantes em Pedro Juan Caballero (entre as primeiras, destacaríamos o Shopping China, o Studio Center e a Seiko). Esse aspecto, no entanto, se mostraria inconsistente na medida em que não haveria proporcionalidade entre tamanho e visibilidade da empresa e remuneração correspondente.

No meu ponto de vista, não [há maior ou menor vantagem em se trabalhar em uma ou em outra empresa, maior ou menor] porque, assim, [é] lógico [que] o Shopping China como o Studio Center são empresas muito antigas [...] já estão aí muitas e muitas décadas no mercado, só que como funcionário, você como um funcionário comum, você talvez não seja tão bem remunerado como você estar numa empresa pequena, onde você já tem o seu espaço [...], então citando aí como você falou o Shopping China, é uma empresa muito grande, tem muitos funcionários, paga um salário, é que em determinados casos a lei determina, né, que é o salário paraguaio, alguns setores dá para você ganhar muito bem, só que é um local que você trabalha muito, né, você tem uma

carga horária muito grande, você trabalha feriado, domingo, você trabalha, eles, paraguaio, assim, é nós na empresa que eu trabalho eu não trabalho domingo e respeito quatro feriados anuais, o restante [é] trabalho direto, mas normalmente é você, a exigência é muito grande nessas empresas maiores, né, a qualificação nem tanto, é mais, só que, assim, muitas vezes não vale a pena, é tanta pressão por um salário menor, né, então nem sempre na maior empresa você vai ganhar mais, logicamente depende de cada funcionário.

5 - Colegas: paraguaias e paraguaios

Em linhas gerais, as relações entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiras com (colegas) trabalhadoras e trabalhadores paraguaios são consideradas “boas”. Mas é possível também perceber, por alguns elementos participantes das falas, aspectos que tendem a se colocar como passíveis de aguçar, em alguns momentos, tensões, mesmo que indiretas e sem o comprometimento mais profundo das relações dominantes, aquelas no interior das empresas e que se fazem nas relações com compradoras e compradores.

A maior “brutalidade” no trato com outras pessoas, apontada como característica mais acentuada entre paraguaios (em especial supervisores, gerentes e donos – o que vale, aqui, apontar que é comum trabalhadoras e trabalhadores brasileiros salientarem maiores dificuldades de relações em empresas de donos asiáticos, como coreanos e chineses), e a questão da língua guarani, são indicativos de que especificidades identitário-culturais se apresentam como condições especiais de tensões no “mundo do trabalho”.

[As relações entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros com trabalhadoras e trabalhadores paraguaios] são boas, boas, são boas, assim, não temos nenhum problema, é bom, é, em particular tem muitas empresas que tem problemas assim entre brasileiros e paraguaios, é, mas na empresa aonde a gente trabalha não tem nenhum problema, é, a gente trabalha como uma família,

gosto sempre de falar, né, então, por até o convívio, a forma de trabalhar então você trabalha, você tem que ser um pouco social com funcionário, você tem que trabalhar, a parte meio que amizade, ou você lidera na “ferro e fogo”, né, então paraguaio gosta muito de ser liderado a “ferro e fogo”, coisa bruta, né, ele manda, mal educado, normalmente um paraguaio que tem um cargo de liderança, é bem mais mal educado que um brasileiro, então, mas nós pelo fato da forma como a gente trabalha, a gente consegue uma, um bom entrosamento na equipe, se torna uma coisa bem familiar.

[...]

Tranquila [é a relação com colegas paraguaias e paraguaios]. Só o único empecilho aí é quando há a questão do guarani [...], então, que muitas vezes os brasileiros não compreendem e tem essa certa suspeita de alguma coisa mais que eles estejam falando. Mas fora isso, é totalmente tranquilo o convívio.

As questões ligadas a esse último aspecto, apontado por uma das trabalhadoras brasileiras em Pedro Juan Caballero – “a questão do guarani” –, tem se mostrado como elemento central no desencadeamento de possíveis “intrigas” entre brasileiros e paraguaios.

Os maiores casos [de tensões ou estranhamento entre brasileiros e paraguaios] são relacionados à comunicação. [...] É falta de comunicação entre os funcionários, principalmente na língua guarani [...] então isso traz um pouco de frustração para os brasileiros e os paraguaios, né, então os maiores casos é isso, e muitas vezes até pela forma pela cultura do paraguaio, como eu falei, o paraguaio é uma pessoa mais ignorante [...] do que os brasileiros, então muitas vezes é mal compreendido, às vezes a pessoa pode nem estar falando mal, mas é mal compreendido. Mas poucos casos que eu presenciei, mas muito é fofoca, a verdade é essa, é a melhor maneira de se expressar a maioria dos relacionamentos na empresa que tem problema, é intrigas entre os funcionários.

Por outro lado, também indagamos sobre como brasileiras e brasileiros, que trabalham junto ao comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, entendem de como colegas paraguaias e paraguaios lidariam

com a presença deles (de brasileiras e brasileiros) junto a estabelecimentos comerciais paraguaios. As respostas mais gerais apontaram para a existência de tensões (mesmo que implícitas) em torno, sobretudo, de uma certa “disputa” em um mercado de trabalho que se situa no Paraguai mas que aponta a presença importante de estrangeiras e estrangeiros (brasileiras e brasileiros).

Eu acho que vê [as e os colegas paraguaios] uma competição, é, de uma certa forma, o paraguaio ele não gosta, ele não gosta do brasileiro, assim, pessoalmente, a situação do guarani ser meio que proibido em muitas lojas, né, porque eles se sentem mal, porque eles são paraguaios, eles estão no Paraguai, no país de origem e eles não podem falar uma língua que é cultura deles, então eles se sentem frustrados é com os brasileiros, né, porque o mercado local é talvez, como eu falei, setenta por cento ou mais, seja talvez, seja assim, bem dominado pelos brasileiros de diversas funções, né, então já é natural você andar, até nas banquinhas, você encontrar brasileiros trabalhando. Então, logicamente, que tem esse risco, né, por isso o governo, o governo do Paraguai bate muito em cima tem muita fiscalização, é de brasileiros, de essa questão da imigração, agora foi muito boa porque teve muitas histórias, milhares de brasileiros que foram cadastrados, né, foram tirar a imigração pra poder ficar dentro da legalidade.

Buscamos verificar, direcionados pelas respostas das brasileiras e dos brasileiros entrevistados, na relação entre estes e as e os “colegas” paraguaios, se haveria uma “espécie” de concepção ou mesmo prática de hierarquia entre uns e outros trabalhadores.

Eu diria que em alguns casos sim, então alguns casos sim, porque a facilidade dos brasileiros em comunicação em atendimento é, tem excelência no atendimento bem maior, do que o paraguaio em si, então ele tem uma naturalidade maior, então com certeza sim, talvez ele se sinta um pouquinho mais ameaçado por [o brasileiro] tomar o seu lugar no espaço no mercado, isso eu acho que não chega [a] ser uma coisa assim que vai ter uma rivalidade nem nada, mais eu acho que é uma preocupação pra eles, com certeza.

As relações de trabalho, por outro lado, também são *atravessadas* por relações de aproximação amistosas, como aquelas que se fazem por meio de brincadeiras, piadas e, como não poderia deixar de ser, entre países futebolísticos, as “provocações” sobre os times e seleções de futebol de ambas as nações.

É natural [...] então como todo ser humano, então, dependendo, isso vai por cada pessoa, né, então logicamente que você tem que é limitar essas conversas paralelas [focacas], que a gente fala, né, então a gente não pode dar muita asa, né, mas tem sim [brincadeiras, piadas, “provocações” em torno do futebol], hoje a comunicação entre o brasileiro e o Paraguai é normal, flui tranquilamente, é isso, a gente conversa sobre diversos assuntos, é mais sempre a gente tem que ter um foco de estar no ambiente de trabalho, porque como a área de vendas não é uma área tradicional, né de você estar ali numa indústria, estar num escritório, então você trabalha muito com o público, então você tem que saber dosar essas coisas. [...]

Ah, sempre, né, futebol ou até mesmo a guerra Brasil, [o Paraguai] perdeu, Brasil ganhou do Paraguai, isso sempre, a Guerra do Chaco, tem esses, então tem essas brincadeiras, isso é normal, né, como o brasileiro com o argentino, isso é normal.

As relações entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e paraguaios tende também a serem construídas para além do espaço de trabalho. Encontros, em função de aniversários e outras datas consideradas importantes, têm desempenhado papel especial nas relações entre uns e outros.

Eu acho que isso é essencial [os encontros fora do trabalho]. Talvez pelas muitas vezes, pela posição que você esteja na empresa, acho que é, pra você se tornar um ambiente mais saudável, você precisa ter uma comunicação melhor com os colegas, então a gente sempre procura ir em datas comemorativas, como primeiro de maio, fazer uma reunião numa pizzeria, juntar os familiares dos brasileiros com o dos paraguaios, aniversários, datas assim importantes, aí sempre tem a gente, junta todo mundo, né, na empresa mesmo todo aniversário tem bolo, essas coisas, né, aí

normalmente o pessoal sai pra fazer um churrasquinho, alguma coisa na casa de um e de outro.

[...]

A gente tem uma relação saudável, isso é importante para você criar aquele, criar aquela, de uma certa forma, paradigma, então você, você não tem só aquela relação de patrão e empregado, você só bom dia, boa tarde, pronto, então você tem quer ter hoje um convívio melhor, pra você ser talvez ser mais respeitado como pessoa.

Mesmo com relações amistosas entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, as primeiras e os primeiros têm claras as diferenças sócio-econômicas em relação aos segundos. A explicação mais geral é a de que tais diferenças se dariam em função dos salários recebidos pelos paraguaios.

Isso [diferenças sócio-econômicas entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e paraguaios] é grande ainda, [...] porque a moeda paraguaia. [...] O guarani em si, ela [a moeda] é menos valorizada do que o real, certo, então hoje o paraguaio ele se torna uma mão-se-obra barata, então você pode percorrer quase todas as empresas no Paraguai, brasileiro normalmente ganha um salário mínimo, certo, o paraguaio nem sempre; é a maioria das lojas, talvez noventa por cento, normalmente eles não ganham um salário mínimo. Tem lá uma plaquinha: “aquí solo un millon y tanto”, um milhão e pouco, mas isso não se aplica legalmente, então, como arredondou como no Brasil, no Brasil, é diferente você, tem um salário comercial, né, você é registrado certinho.

[...]

No Paraguai, você, o paraguaio, é registrado, paga PS, alguns atributos, mas no Paraguai em si a mão-de-obra, o brasileiro, por ser o salário mínimo, por ser mais valorizada, a moeda ele acaba sempre ganhando um pouco mais do que o paraguaio, então, talvez hoje no Paraguai um vendedor, o salário base, né, o piso de um vendedor de um vendedor normal, seja de novecentos mil guaranis, ou seja, equivalente a trezentos reais, trezentos e pouco, que é bem mais baixo que o salário comercial, mas no final, no “frigor dos ovos”, como a gente fala, no final das contas, se você for um vendedor razoável, você consegue chegar a quase um salário

mínimo no Paraguai, né, se igualando a um pouquinho menos do que o salário no Brasil.

A remuneração, assim, dependeria das vendas...

Sim, o vendedor ele é comissionado, então, no Paraguai, é uma das regras interessantes, é que no Paraguai você a cada um ano trabalhado, você tem quinze dias de férias, né, que ao contrário do Brasil, que a cada um ano trabalhado você tem trinta dias. O vendedor em si ele não é, o empresário não é obrigado a ter esses quinze dias de folga, ser remunerado, então o vendedor ele não tem salário fixo, não tem salário base, esse salário que o pessoal pede de um milhão e pouco, ele não se restringe a vendedor, é somente parte administrativa, parte mais é operacional, né, vendas mesmo é o vendedor que faz a sua comissão. Normalmente varia entre dez por cento, é do líquido, ou um por cento, dois por cento do bruto, aí varia da empresa, então cada um tem, ele se adapta a uma regra.

[...]

Sim [o salário é muito mais instável lá é muito mais fluído do que no Brasil], é sim, é sim mais bem mais instável, então hoje o funcionário que trabalha no Paraguai ele tem que ter uma visão bem ampla, né, então você tem que, você não pode pensar que você sempre vai ganhar aquele mesmo patamar hoje, numa época boa você pode atingir cerca de talvez, você vá ganhar mil e quinhentos reais, até um pouquinho mais, né, só que o mês que vem tem uma crise, o dólar e toda essa questão financeira, você pode ganhar quinhentos ou seiscentos reais, então isso é muito volátil, muito variável, então você não pode, você como vendedor, não pode manter a visão de que você vai ganhar um valor, fora algumas empresas que te dão oportunidade de você ter um salário base. Na empresa onde eu trabalho, nós temos eu uma das brigas, né [...] que o funcionário tenha seu salário fixo independente de brasileiro, independente de paraguaio, porque essa mudança financeira que a gente está acontecendo há uns dois anos, é, as vezes, você vai vender, você não vai vender nada, você vai ganhar menos de um salário mínimo e você não vai ter condições de sustentar sua família [...].

A situação de empregabilidade em Pedro Juan Caballero também depende de questões legais, definidas pela “Imigração” paraguaia, necessitando de trâmites para a adequação de brasileiras e brasileiros no mercado de trabalho no país vizinho.

[...] Normalmente é a imigração, ele é, ele é bem caro, né, se você for fazer nos trâmites do Paraguai, são sim, essa opção é que foi dada alguns meses atrás [meados de 2009], que foi uma junção entre o Brasil e o Paraguai, né, que foi uma maneira mais rápida de você regularizar todos os fronteiriços, né, os brasileiros que trabalhavam no Paraguai, então essa maneira facilitou muito a regularização dos supostamente ilegais, né, então juntou Polícia Federal, Polícia da Força Nacional do Paraguai com os brasileiros e com os paraguaios, juntou todas as organizações juntas num mesmo local com o intuito, é, de resolver todos esses trâmites de uma maneira simples, e isso foi uma operação assim em conjunto dos dois países, muito interessante e barato.

[...]

Eu tirei minha imigração por dois anos e paguei um milhão de guarani, que provavelmente vai ficar quatrocentos e oitenta reais, quatrocentos e setenta reais, se você for tirar a sua imigração, é definitiva, que é de dez anos você vai pagar em média uns cinco milhões de guarani, que vai ser dois mil e quinhentos reais, só que a vantagem é o tempo em que eu tirei, temporário, por dois anos, só que quando chegar os dois anos eu já posso tirar automaticamente a minha permanente, lógico, pagando a taxa, talvez eu vou pagar uma taxa menor que se fazer direto a permanente, fora os trâmites, né, que é muito mais burocrático, meu patrão já faz desde o ano passado, faz uns quase seis meses que ele está fazendo da maneira correta pra você tirar o documento permanente, então demanda tempo, dinheiro, burocracia, então o Paraguai ele quer morder de tudo quanto é lado, que nem brasileiro, né, então demanda bem mais tempo.

Os trâmites na “Imigração”, e suas dificuldades, podem criar condições desfavoráveis para a legalização de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros em Pedro Juan Caballero.

Sim, é nesse caso agora ficou fácil [conseguir a “Imigração”], né, por causa dessa regularização dos brasileiros abriu muitas portas, porque estudantes do Paraguai, estudantes que fazem mestrado, que vem de Mato Grosso, de outros estados, fazer mestrado e doutorado aqui no Paraguai, tiraram, então, era aberto para tudo pra fazendeiro, para qualquer brasileiro que quisesse tirar a imigração, antes disso com certeza, é isso, forçava muito o brasileiro a trabalhar de uma certa forma clandestina, né, então existe umas normas no Paraguai que não você tem que, você pode contratar o serviço, você pode terceirizar, né, então, eu como sou um paraguaio posso prestar serviço para uma empresa e pagar os impostos certinhos, só que aí o funcionário em si não tem rendimento, esse monte de coisa, né? Então tudo isso para o brasileiro que não tem imigração é mais complicado, só que pela, é talvez pela, por essa qualidade de excelência do atendimento da qualidade do trabalho brasileiro, isso não seja uma, um, não seja visto como uma forma tão ilegal do ponto de vista paraguaio, então o negócio é aquele funcionário bom, competente e que saiba ganhar dinheiro para a empresa, o restante muitas vezes quando bate a fiscalização em algumas empresas o pessoal manda os brasileiros ir passear, manda dar uma volta, tem muita propina que o pessoal paga, né, os próprios, é, governos, o próprio governo paraguaio, são os fiscais, né, que são que gostam de pegar dinheiro, eles avisam antes, né, que vai ter fiscalização já pra sair mordendo, né, então isso é normal.

A ilegalidade é parte constitutiva do trabalho de brasileiras e brasileiros em Pedro Juan Caballero:

Pra fins, se você for olhar para o lado correto, se a empresa que paga os impostos da maneira correta, isso [a ilegalidade] é ruim, porque, né, porque tem que ter paraguaios, tem que tem todos aqueles trâmites de paraguaio, agora para o brasileiro logicamente que se torna mão-de-obra barata, não tão barata como o paraguaio em si, né, porque muitas vezes um brasileiro, ele não se sujeita a um salário tão menor, né, e sabe que ele tem capacidade, ele atinge um espaço melhor, mas é com certeza o brasileiro em si ele é uma mão-de-obra que não tem declaração na forma legal no Paraguai, então é como eu te falei, vai vir a fiscalização, todo mundo sabe, os brasileiros vai passear, aí passou a fiscalização, os

brasileiro volta ao normal como se nada tivesse acontecido, né, então isso já é praticamente normal e aqui principalmente em Pedro Juan é o comércio local, eles não respeitam, o feriados tanto no Brasil como no Paraguai, em Ciudad de Leste, da aonde vem talvez noventa por cento das mercadorias venham de lá, lá tem mais, eles respeitam muito, né, porque está mais pra dentro do Paraguai, então lá se respeita datas comemorativas, as datas os feriados, pra cá não é direto. [O pessoal trabalha mais aqui do que lá?] Bem mais, trabalha muito mais, talvez a própria fiscalização seja mais, é mais tranquila, né, aqui por parte dos comerciantes que geram muito emprego, gera muita a fonte de renda, é muito bom aqui, né?

Os patrões.

Talvez [a nacionalidade do patrão poderia influenciar nas relações de trabalho em Pedro Juan Caballero], talvez, vai depender da visão de mercado, da visão como empresário da pessoa, independente da naturalidade da nacionalidade, então tem que tem que ver tem excelentes empresários paraguaios, tem excelentes empresários brasileiros, independente, então a questão de convívio vai muito da visão de mercado, então, e a amizade, a gente sempre tem uma relação boa entre o patrão e gerente, patrão e funcionário, logicamente como a empresa grande no Brasil ou qualquer empresa é o dono, não tem que ter aquela relação mais amistosa com o funcionário, né, aquela coisa mais espontânea como com o gerente de seção, assim, mas é uma, tem uma afinidade legal.

E a família...

Um dos entrevistados apontou ser normal para a família ter alguém trabalhando *do outro lado da fronteira*.

Normal [o que a família pensa sobre o trabalho em Pedro Juan Caballero], normal, né, assim no começo sempre há uma preocupação maior, né de você largar o emprego brasileiro, de você partir para o Paraguai sem carteira assinada, sem nada de segurança, né, porque por parte de alguns empresários no Paraguai, principalmente o brasileiro, você pede pra sair e se você não está

satisfeito você sai dependendo do patrão, você não ganha nada, só um tapinha nas costas e vai com Deus, né?

[...]

Tem patão que gosta de cumprir as leis e aí eles levam o manual do Brasil muito a risca, né, na empresa onde eu trabalho a gente trabalha é sempre dentro da lei do Brasil e do Paraguai, a gente vai pescando, né, é do Paraguai então lei do Paraguai, é brasileiro, lei do Brasil, então vai sempre a gente, tem essas duas união mais é realmente, minha esposa no começo tinha uma, é, uma preocupação grande, nós mesmos, eu mesmo tinha um pouco de receio, né, de ir para o Paraguai, mas a partir do momento que você é um profissional é, assim, bom, e você tem um espaço já garantido no mercado assim se torna mais tranquilo, né, é como no Brasil se você é um bom profissional você não fica desempregado, você trabalha, você pode jogar em qualquer área talvez que você tenha sempre um emprego.

O par legalidade/ilegalidade toma contornos profundos nas relações de trabalho e de empregabilidade de brasileiras e brasileiros em Pedro Juan Caballero. Condição também participante das relações para trabalhadoras e trabalhadores paraguaios. Em um e em outro caso, é perceptível, seja direta ou seja indiretamente, a construção de um “mercado da força de trabalho” que combina comércio de reexportação em franco crescimento e a disponibilidade de mão de obra (como “exército industrial de reserva”) de um e também de outro lado da fronteira. A condição fronteiriça, neste sentido, disponibiliza uma situação em que o movimento legalidade/ilegalidade (referentes à legislação trabalhista) e a oferta de mão de obra – em um e outro lado – produz uma enorme possibilidade de transgressão das regras de contratação, constituindo o “espaço de trabalho na fronteira” como dinamizadora da precarização do trabalho.

Paradoxalmente, a maior versatilidade das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros em Pedro Juan Caballero, com seus *jeitos* no atendimento às compradoras e aos compradores brasileiros (“noventa e nove por cento dos clientes”), é simultânea, para muitos casos, de condições aviltantes de exploração da força de trabalho, seja ou pela condição de

ilegalidade em que brasileiras e brasileiros se encontram, seja pelas diferenças de garantias e direitos entre a legislação trabalhista paraguaia e a brasileira.

6 - Pedro Juan Caballero e Ponta Porã

A relação entre “turistas de compras” brasileiras e brasileiros com Pedro Juan Caballero é, de alguma forma, “intermediada” por trabalhadoras e trabalhadores do Brasil que trabalham do *outro lado* da fronteira. Para estas e estes, é bastante evidente que a maioria das pessoas que se dirigem à cidade paraguaia se interessam, mais que sobre a cidade em si, em mercados para olhar, pechinchar e gastar.

O turista, o brasileiro que vem fazer compras no Paraguai é mais assim turístico mesmo, então o cara vem aqui na fronteira, todo final de semana são hotéis lotados tanto no Brasil quanto no Paraguai, então a única finalidade mesmo é de compra, então dificilmente, você talvez, o lado de trocar pneu, de você abastecer, seja uma área assim bem interessante que muita gente pergunta, mas fora isso, fora o comércio de eletrônico, informática, é em geral, então dentro das três quadras é muito difícil o turista se aventurar, até porque tem aquela imagem do Paraguai, é, de ser aquela terra sem lei, né, e realmente pra dentro do Paraguai o negócio é feroz...

Em aproximação, também parece claro que as duas cidades (Pedro Juan Caballero e Ponta Porã) apresentariam, tanto para os turistas como para quem mora em Ponta Porã – mas também para quem trabalha em Pedro Juan Caballero – diferenças sensíveis:

Hoje, e é talvez daqui um espaço de tempo, talvez um esse ano ainda, de janeiro [2010] pra cá, houve um investimento maior, é, pela parte do prefeito de Pedro Juan, investir mais em, é, na aparência da cidade, mas realmente hoje é Ponta Porã, é uma cidade mais bonita, e é bem mais bonita que Pedro Juan, então, Pedro Juan é um pouco mais bagunçado, você vê aqueles camelôs que

normalmente no Brasil você não vê, fora o calçadão ali, né, então sempre teve essa, essa visão de uma cidade mais suja, mais desorganizada, é assim o Paraguai em si, como eu falei, ele é muito acomodado, talvez um pouco até mais relaxado que o brasileiro, aqui em Pedro Juan é uma a cidade, ainda é limpa, né, você vai em Ciudad de Leste, talvez o senhor não conheça Ciudad de Leste, o saneamento básico deles é bem mais precário, não tem a rede de esgoto, essas coisas são mais expostas, aqui ainda agora eles investiram bastante na aparência da cidade. Por quê? Porque vive o comércio, então as ruas, o Paraguai, sete quadras para dentro, a maioria não é asfaltado, então as ruas são muito ruins, é então, o trânsito em si fica, as leis de trânsito são bem precárias, então, mas realmente tem uma diferença grande entre você estar no Brasil e você estar no Paraguai. Não tem como errar.

E as diferenças continuam...

Sim, conheço [Pedro Juan Caballero], conheço vários pontos, conheço muitos bairros, mas principalmente o comércio local e o centro, o Pedro Juan em si ele é bastante extenso, como Ponta Porã, e os bairros talvez de uns sete quilômetros da fronteira sejam bem mais precários como o Brasil, não são ruas asfaltadas, então fica, de uma certa forma, bem mais perigoso do que aqui.

A “bagunça” e o “perigo” são dois elementos centrais trazidos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores brasileiros que trabalham em Pedro Juan Caballero. Para o primeiro aspecto – a “bagunça” –, a “desorganização”, a “sujeira”, o “lixo” e a precariedade de infra-estrutura são elencados frequentemente como os elementos que participam das construções representacionais e imagéticas de brasileiras e brasileiros em relação a Pedro Juan Caballero. E para o segundo aspecto – o “perigo” –, a “violência”, o “contrabando”, o “narcotráfico” e a “corrupção”, são outros dos elementos apontados que serviriam de pontos de diferenciação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (que, para a escala internacional, tenderia a pontos de diferenciação entre Brasil e Paraguai).

As diferenças apontadas, contudo, tendem, em geral, a não retirar ou menosprezar uma certa de condição das trabalhadoras e dos trabalha-

dores brasileiros em Pedro Juan Caballero como *seres de fronteira* ou em *condições de fronteira*. Em uma das entrevistas, um dos trabalhadores foi categórico: “Eu me defino um legítimo fronteiriço”...

São nas relações de fronteira que se fazem os sujeitos fronteiriços. Relações cotidianamente reproduzidas, indutoras de concepções e de práticas que tendem a se produzir e se reproduzir, assim, como *concepções e práticas de fronteira*.

Uma condição fronteiriça dada pelas experiências de sujeitos em fronteira, como as apontadas por uma trabalhadora brasileira em Pedro Juan Caballero: *eu sou nascida e criada em Ponta Porã, conheço o Paraguai bastante, a cidade, entendo o espanhol, mas assim a gente acostuma com esse dialeto*. Um dialeto linguístico, que também é um *dialeto* de concepções e práticas de fronteira: um *dialeto fronteiriço*.

Um *dialeto* que não é capaz de esconder cabalmente outros elementos perceptíveis das *concepções e práticas de fronteira*: a estrangeiridade, o estranhamento e a desconfiança. Mais do que condições apenas postas a trabalhadoras e trabalhadores paraguaios em relação a compradoras e compradores brasileiros, o inverso também é extremamente perceptível. O Outro sempre será um estrangeiro: o brasileiro em relação ao paraguaio; o paraguaio em relação ao brasileiro.

À condição de estrangeiridade também se aliam as condições de estranhamento e de desconfiança. Se na primeira a questão central se prostra sobre as diferenças nas formações socioespaciais brasileira e paraguaia, na segunda e na terceira o que se revela é a permanência de relações calcadas sobre uma oposição muitas vezes históricas, outras culturais e outras político-econômicas.

A desconfiança, no entanto, mais que uma manifestação da relação entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros com trabalhadoras e trabalhadores paraguaios, também se manifesta na relação entre brasileiros que trabalham no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero e o pesquisador. Mais que um aspecto banal, tal relação sugere que as condições para o ingresso, a participação, as mobilidades e as permanências no

mercado de trabalho em Pedro Juan Caballero sejam também marcadas por relações que impedem uma relação mais aberta, clara e objetiva, pois tínhamos a impressão de que na busca de contatos, aplicação de questionários e entrevistas, a colaboração tenderia a se dar apenas se os “termos da negociação” se apresentassem claramente (*sem perigos*).

7 - Imagens

Se na parte anterior (parte 1), as imagens apontaram parte do trajeto que deve ser percorrido entre Dourados e Pedro Juan Caballero, com inúmeros outdoors, placas e faixas de estabelecimentos do comércio de reexportação dispostos nas margens da rodovia BR-463, agora as imagens relevam os locais de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros no *lado de lá* da fronteira. (Como já salientado em relação à nomenclatura tanto das trabalhadoras e dos trabalhadores quanto das empresas, a relação de imagens abaixo também não tem a intenção de enumerar nomes e apontar dizeres. Por isso, salientamos que preservar os nomes dos sujeitos – vendedoras e vendedores –, sobretudo –, é também preservar, contemporaneamente, as mulheres e homens em suas condições mais precárias, seja como espaço que nunca volta ou de tempos que se foram e não voltam mais.)

Mas é ali, no *interior das imagens*, que se consubstancia também a construção da possibilidade de brasileiras e brasileiros *se mostrarem* mais humanos, mais solidários e menos contaminados pelos ideais positivistas e mais abertos a ideias de emancipação e de autonomia (as fotos foram produzidas entre 2009 e 2010, e nelas retrata-se as fachadas de inúmeros estabelecimentos onde trabalhadoras e trabalhadores brasileiros trabalham, em consonância, quase sempre, como as imagens em outdoor, em placas e faixas dispostas na rodovia BR-463, entre Dourados e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero).





Fronteira, fronteiras

1 - Os termos da questão

Na “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” (PRPDFF – 2005), é apresentada uma “Tipologia das interações fronteiriças”, que, logo no início, ressalta que “o mais comum são situações de superposições de tipos de interação, mas é possível distinguir aquela dominante” (p. 144).

Para a especificidade fronteiriça entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, também é possível “tipologizar” suas relações. Partiremos, aqui, da proposta apresentada pela PRPDFF (2005) e, também da tipologia construída para as relações fronteiriças entre Mato Grosso do Sul com Paraguai e Bolívia, proposta por Tito Carlos Machado de Oliveira (2005).

A PRPDFF (2005) apresenta cinco possibilidades de interações fronteiriças: *margem*, *zona-tampão*, *frentes*, *capilar* e *sinapse*.

A primeira, *margem*, é dada pela condição na qual “a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contacto entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais”, sendo que “As relações são mais fortes com o nacional de cada país de que entre si, apesar da vizinhança” (PRPDFF, 2005, p. 144).

A segunda, *zona-tampão*, é aquela aplicada “às zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas” (PRPDFF, 2005, p. 145).

A terceira, *frentes*, caracterizar-se-iam o que tem se definido, desde meados do século XX, por “frentes pioneiras”, que, para o PRPDFF, “o modelo ‘frente’ também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente *cultural* (afinidades seletivas), *frente indígena* ou *frente militar*” (PRPDFF, 2005, p. 146).

A quarta, *capilar*, dar-se-ia em processos diversos:

As interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea. Pode se dar através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou resultam de zonas de integração espontânea, o Estado intervindo pouco, principalmente não patrocinando a construção de infra-estrutura de articulação transfronteira. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral como no modelo sináptico (PRPDFF, 2005, p. 146).

E a quinta, do modelo *sinapse*, apresentaria “alto grau de troca entre as populações fronteiriças”, “ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infraestrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis” (PRPDFF, 2005, p. 147).

Ainda sobre o modelo *sinapse*, recai ênfase sobre as “cidades-gêmeas”, com “paisagem urbana peculiar” e “com a formação de sindicatos de cambistas, de motoqueiros *transborder*, de infraestrutura hoteleira e de redes de lojas especializadas” (idem).

Especificamente, sobre as “cidades-gêmeas” (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero nela enquadradas), esta seria, “na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira”.

Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-estrutura – apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior

densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (PRPDFF, 2005, p. 152).

As simetrias e as assimetrias participam das “cidades-gêmeas”, indicando semelhanças e diferenças de “desenvolvimento econômico dos países, tipos diferentes de economia regional, e dinâmicas distintas de povoamento fronteiriço” (PRPDFF, 2005, p. 154).

Cabe ressaltar ainda, através do PRPDFF, considerações sobre as “interações culturais transfronteiriças” (“nós” e os ‘outros’), concernentes “às relações identitárias promovidas ou passíveis de serem promovidas de um lado ou outro da faixa de fronteira”, sugerindo “uma série de diferentes padrões de inter-relação entre o lado brasileiro e os demais países limítrofes”, passíveis de apontar as seguintes características:

- a) à **natureza** das identidades do lado brasileiro, levando em conta as características de maior *uniformidade*, *pluralidade* (convívio, lado a lado, de diferentes identidades) ou *hibridismo* (imbricação ou amálgama de várias identidades) e maior *estabilidade* (permanência) e *dinamismo* (mutação) dessas identidades;
- b) ao **grau de permeabilidade** cultural transfronteiriça – alto, médio ou baixo – e o tipo de interação cultural a partir da maior ou menor influência cultural brasileira sobre os países vizinhos;
- c) ao **caráter histórico** da interação em termos de sua duração no tempo (interações transfronteiriças mais antigas ou mais recentes); e
- d) à **intensidade** e à **longevidade** das migrações, tanto de brasileiros para os países vizinhos quando de nossos vizinhos para o Brasil, já que este é um dos melhores indicadores da intensidade da interação transfronteiriça no espaço e no tempo (PRPDFF, 2005, p. 165).

Outra tipologia das fronteiras, porém com recorte específico sobre a fronteira entre o Mato Grosso do Sul com Paraguai e Bolívia, foi construída por Tito Carlos Machado de Oliveira (2005). De imediato, o autor ressalta que, em relação a outros espaços, “na fronteira, existe algo

mais”: “há um *limite projetado* pelo conjunto das forças sociais com o fito de sobrepor o *limite adotado* pelo Estado” (Oliveira, 2005, p. 378 [com base em Evangelista, 1998]).

Não há, no ambiente fronteiriço, em especial, nas *cidades gêmeas*, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, trocos [troco ou miúdo... dinheiro, soldo, salário, propina... como ato de retorno em uma rusga entre partes, ato de revanche, réplica]. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido (Oliveira, 2005, p. 378).

Nesse sentido, insiste, categoricamente, que a “fronteira não é uma só” (OLIVEIRA, 2005, p. 382). Partindo da ideia de integração “funcional” (derivada das forças de mercado, em que imperariam em especial as relações dadas pelo “circuito inferior da economia” [cf. Milton Santos, 1979]) e de integração “formal” (a partir de aspectos legais, sobretudo, em que se desenvolveriam fundamentalmente relações dadas pelos “circuito superior da economia” [cf. Milton Santos, 1979]), de Wong-Gonzáles (2001), o autor levanta quatro situações para a sua Tipologia de Relações Fronteiriças: (A) “Baixa integração *Formal* com baixa integração funcional” (“Fronteira Morta”) – “uma fronteira de costas para a outra”; (B) “Baixa integração *formal* com alta integração *funcional*” (“Território Perigoso”) – “a utilização do trabalho, das terras, dos serviços e as relações comerciais ali existentes, acontecem porque são movidas por uma informalidade abusiva”; (C) “Alta integração *formal* com alta integração *funcional*” (“Fronteiras Vivas”) – “áreas típicas de tensões constantes”; e (D) “Alta integração *formal* e com baixa integração *funcional*” (“Fronteira

burocrática”) – “um território tomado por ações de Estado e empresariais” (OLIVEIRA, 2005, p. 386-389).

Tais tipos de situações, como muito bem salienta o autor, não são estáticas, mas dinâmicas: “como os fluxos pendulam com muita intensidade, acompanhando comportamentos de demandas sugeridas por acordos supranacionais, oscilações cambiais, estratégias nacionais, etc. sugerindo afirmar que *outros* deslocamentos também podem acontecer” (idem, p. 389-390).

Para as relações entre as “cidades gêmeas” de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Oliveira (2005) definiu-as como integrantes do tipo “C”, formando “uma conurbação vibrante, recheada de ações *formais* e complementaridades *funcionais* plurais”:

De fato, ocorrem na conurbação praticamente tudo aquilo que também ocorre nas condições anteriores, todavia, com diferenças marcantes: as articulações se objetivam pelo lado *formal* da economia – e das atividades administrativas das duas cidades – impõe severos limites a desordem institucional e comportamental da população. [...] Vários são os trabalhadores brasileiros que trabalham e habitam no lado paraguaio da cidade como o avesso também acontece, mas, a atuação dos instrumentos jurídicos se posta com o mínimo de eficiência para construir os limites necessários. Os acordos de cooperação nascem e se fortificam em ações de controle do axial urbano, exemplos como: a cooperação para manutenção do Corpo de Bombeiros, a atuação conjunta da Polícia Militar até a ‘regulamentação’ do transbordo de carros de aluguel (táxis e outros) atravessando a linha que divide a cidade – são esforços conjuntos de cooperação observada pela atuação compartilhada das duas Câmaras de Vereadores (Oliveira, 2005, p. 404-405).

Da primeira topologia à segunda (PRPDFF, 2005; OLIVEIRA, 2005), novamente destacamos, como no início citamos a partir do PRPDFF, que “o mais comum são situações de superposições de tipos de interação, mas é possível distinguir aquela dominante”. As duas constru-

ções tipológicas buscaram destacar, para vários casos, as relações dominantes.

No entanto, a partir das entrevistas, observações diretas e indiretas e produção de imagens sobre a participação de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, arriscamos, também aqui, a problematização mais profunda a partir das duas tipologias apresentadas. Ressaltamos, contudo, que não procuramos, aqui, desconstruir tais tipologias e nem a construção de outra; ao contrário, é a partir delas que construímos uma análise que procura demonstrar que os diferentes “tipos” de fronteira acabam, de uma ou de outra forma, coexistindo, mesmo que – uns e outros – em condições de relações dominantes (por vezes) e relações secundárias (por outras).

Das duas tipologias propostas, as relações entre as “cidades gêmeas” de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se firmariam como do tipo “sinapse” (para o PRPDFF, 2005) e como do tipo “fronteira viva” (para OLIVEIRA, 2005). Para a primeira, a fronteira se caracteriza por “adensamentos populacionais” com “grande potencial de integração” e com os “problemas característicos da fronteira” (PRPDFF, 2005, p. 152). Para a segunda, formaria uma fronteira como “uma conurbação vibrante” (OLIVEIRA, 2005, p. 404).

A questão central que colocamos é: a “conurbação vibrante” e a “fronteira viva” são para quem, no que e onde?

A depender das relações que são desenvolvidas (ou mesmo nem sendo desenvolvidas), a fronteira ali pode ser considerada mais “morta” do que “viva” (ressaltamos que a ideia de “fronteira morta” é extremamente discutível, mas aqui seguem as aproximações às tipologias em exposição). O caso mais emblemático, nesse sentido, parece ser o de “turistas de compra” que “inundam” as lojas de produtos de reexportação em Pedro Juan Caballero, com mais intensidade nos finais de semana ou nos feriados “prolongados”. O que é “vivo” e “morto” para eles? Qual seria o sentido da “fronteira” para quem muda de cidade (ou mesmo de

estado) mas continua, em grande medida, apenas mudando o endereço do shopping?

Nesse sentido, podemos dizer que ali, entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a “fronteira viva” e a “fronteira morta” convivem lado a lado: o “mundo da mercadoria” – também encenado como “mundo do espetáculo” – é o mundo da visibilidade, da acomodação, da segurança, dos produtos com “menor” preço e com “maior” provocação do desejo: o “paraíso” que se consuma e se consome de forma a sugerir que a presença da fronteira é indiferente, até porque a língua “oficial” do mercado dos produtos importados é a portuguesa (uma das poucas constatações de que ali é outro país são as disposições dos preços das mercadorias, que, como no caso do Shopping China, são apresentados em dólar [“US\$”]).

Para os “turistas de compra”, nesse sentido, a diferença (quando existe) de preço das mercadorias é concomitante com a indiferença sobre a fronteira; são duas “coisas” diferentes: o “mundo da mercadoria”, de um lado, e o Paraguai, de outro – um “vivo” e ou outro, “morto”. A “ida” ao Paraguai é ambígua: indubitavelmente, os “turistas de compra” vão para as lojas (e cassinos...) de Pedro Juan Caballero, que, coincidentemente, “fica” no Paraguai. A ambiguidade se dá por um movimento (o de “ida” para a fronteira) que é ao mesmo tempo de viagem e de passeio: não se viaja para outro país, e sim se passa pelo *lado de lá*.

A fronteira é “viva” na mercadoria. A fronteira é “morta” nas pessoas. Nas relações de compra de venda de mercadorias, é um tanto indiferente para quem compra se o vendedor é paraguaio ou brasileiro, aliás, a partir das entrevistas com vendedores brasileiros em Pedro Juan Caballero, parece haver a preferência por brasileiros, porque atenderiam do “jeito brasileiro”. Por outro lado, a sensação é de que a relação com vendedores paraguaios dar-se-ia sob a égide da desconfiança. A garantia de a mercadoria ser “boa” estaria dada também pela relação de confiança entre a nacionalidade de quem compra e a nacionalidade de quem vende. O Paraguai, para o “mundo da mercadoria” e para as mulheres e homens que abundam ao “mercado paradisíaco da fronteira”, inexistente.

Mas ele existe! O Paraguai parece não estar no Shopping China ou nos diversos estabelecimentos do comércio de reexportação “caros” e “meio caros” de Pedro Juan Caballero. Também está ali, evidentemente. Mas também não está. O Paraguai *está* na fronteira quando se destaca no “mundo da mercadoria” a demonstração de proteção desse mundo: o número de homens de segurança e o aparato de armas, coletes a prova de bala e viaturas, mas também nos olhares atentos e desconfiados a toda hora e em todo lugar dos homens da segurança, denunciam que ali é um “outro lugar”, que, por tais características, possibilitam presumir, pelas nossas imagens e representações construídas sobre e do Paraguai, que se está em “outro país” (a ideia de “território perigoso” [cf. OLIVEIRA, 2005] comparece com força importante).

O “Paraguai” também *se mostra* por entre as lojas importantes do centro comercial de reexportação próximo à Linha Internacional. Ali, entre lojas “baratas” e rua, dezenas e até centenas de “barracas” de camelôs “espremem” os “turistas de compra”. “O que deseja?”, “No que posso ajudar?”, “Entre para conferir”, “Pen-drives por trinta reais”, “Meias pelo meio do preço” ou mesmo “CDs e DVDs”, com um “sentido” de “desorganização”, “desordem” e “sujeira” “inerentes” ao “Paraguai”... parece ser a impressão que fica.

A dissociação entre “mundo da mercadoria” e “Paraguai” torna-se marca nas relações de fronteira. O “paraíso” das compras vive, convive e sobrevive junto, ao lado e com o “inferno” paraguaio. O “Paraguai” vai *se mostrando* meio sem querer por entre as lojas importantes de mercadorias do comércio de reexportação. O “paraíso” e o “inferno” *se mostram* separados e juntos concomitantemente. Ali, por entre as lojas marcadas pelo “paraíso”, o “Paraguai” *se faz* nas vozes meio “portunholas” e guaranis que ecoam em sussurros das vendedoras e dos vendedores a olhar clientes e a desejar que comprem de tudo um pouco. O “formal” e o “informal” se misturam em um “paraíso” que não esconde as contradições de um “mundo da mercadoria” em que as pessoas tomam a invisibilidade ao darem lugar à “necessária” visibilidade das mercadorias.

Mas a “fronteira viva” e a “fronteira morta” “convivem” também de outra forma. Os “turistas de compra” participam de uma “fronteira” marcada pelo “mundo da mercadoria” (o “paraíso”). O visível é o existente; o existente é aquilo que aparece, que está ao alcance do olhar. *Vêjo, logo existe; compro, logo existo*. Se o “mundo da mercadoria” na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero escancara a fronteira como “paraíso”, este mesmo mundo “dá as costas” a um Paraguai ou a uma Pedro Juan Caballero do *lado de lá* do mundo anunciado e pretensamente “edênico”.

Excetuando as três a quatro primeiras ruas próximas à Linha Internacional (em alguns pontos apenas a primeira rua, e em outros de duas a quatro), Pedro Juan Caballero, para “dentro”, parece ter vida praticamente autônoma em relação à atividade de comércio de reexportação que movimenta parte da cidade. Ali, da quarta a quinta ruas “para trás”, o “paraíso” do “mundo das mercadorias” dá lugar a uma lógica “interna” “invisível” para os “turistas de compra”, mas que pulsa com as línguas espanhola e guarani (sobretudo), como também com um conjunto de relações que participam também de um mundo à parte de Ponta Porã.

Sobretudo, mais que um “mundo separado” do “mundo da mercadoria” da Linha Internacional, a Pedro Juan Caballero, a cada rua mais afastada do “paraíso”, a cidade vai se mostrando em suas condições socio-econômicas muito semelhantes às periferias brasileiras. Este aspecto, certamente, tende a contribuir para a produção de representações bastante depreciativas do Paraguai e de Pedro Juan Caballero, pois mesmo na “invisibilidade”, o Outro tende a “aparecer” em seus contornos mais negativos, como à produção de uma imagem em reflexo invertido (bom x ruim; bonito x feio...) – como de frente a um espelho côncavo.

É neste sentido também que a “fronteira viva” se mistura à “fronteira morta”. O contraste entre o “mundo da mercadoria” e a “mundo ‘pedro-juanino’” se mistura através das e dos centenas (e até milhares) de trabalhadoras e trabalhadores paraguaios de Pedro Juan Caballero nos estabelecimentos do comércio de reexportação. Mediadoras e mediadores entre dinheiro e mercadorias, as trabalhadoras e os trabalhadores de Pe-

dro Juan Caballero participam de uma condição paradoxal de visibilidade/invisibilidade: *aparecem* como “suportes” do “mundo da mercadoria”, como “acessórios” daquilo que seguirá quilômetros e mais quilômetros adiante; e *desaparecem* como “portadores” de uma identificação singular marcada por processos socio-culturais e espaço-temporais distintos das brasileiras e dos brasileiros, além, evidentemente, de terem que participar de relações nas quais, não raras vezes, os gerentes e donos dos estabelecimentos também participam de uma condição estrangeira (chineses, coreanos e árabes, mas também brasileiros, por exemplo).

Por outro lado, o “interior” de Pedro Juan Caballero também parece ser evitado pelas representações de que ali se instauraria um certo “território perigoso”, manifestado especialmente pela presença de “elementos” envolvidos com contrabando e narcotráfico. Se tais situações são verossímeis ou não, a questão é que, de uma ou de outra forma, o “interior” de Pedro Juan Caballero é imaginado e representado como lugar de perigo, marcando profundamente sentimentos de desconfiança que, por sua vez, tendem a se impor como prerrogativas para não avançar além das “áreas seguras” das ruas de localização da atividade do comércio de reexportação.

Mas a concepção de “território perigoso” também se dá, paradoxalmente, pela presença da polícia! É comum comentários, dos mais diversos, de que motoristas brasileiras e brasileiros devem tomar muito cuidado no trânsito das ruas em Pedro Juan Caballero, pois qualquer imprudência ou acidente criaria transtornos consideráveis, não em função do incidente em si, mas em função das “exigências” policiais – leia-se, “propina”. Verdadeira ou não, a prerrogativa tem se manifestado nos “olhares” construídos sobre a polícia paraguaia, acabando por contribuir na projeção de uma cidade ou de um país (ou em uma “terra”) “sem lei”, portanto, “perigosa”.

De alguma forma, por outro lado, nas relações sociais que poderiam se estabelecer para além das típicas relações comerciais, tanto dentro como fora dos estabelecimentos da atividade de comércio de reexporta-

ção, também se desenvolve uma certa “fronteira burocrática” “intersubjetiva”. A “burocracia” das ou nas relações intersubjetivas participaria de uma perspectiva um tanto que “kafkiana”, ou seja, pela manifestação exacerbada de um certo “império da desconfiança”. Brasileiras e brasileiros desconfiariam da “confiança na qualidade das mercadorias”, enquanto que paraguaias e paraguaios desconfiariam da “confiança das brasileiras e dos brasileiros”.

A questão das línguas (português, espanhol e guarani, sobretudo, mas também línguas árabes e orientais, “compreendida” em certos estabelecimentos) se apresenta como elemento importante para a produção da desconfiança. Aspecto bastante acentuado entre trabalhadoras e trabalhadores do Brasil em lojas de comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, a língua (ou as línguas) tende a se colocar como elemento de tensão – direto ou indireto – tanto a relações entre gentes do trabalho brasileiras e paraguaias, como também entre estas e as e os clientes brasileiros, que, de acordo com vendedoras e vendedores brasileiros, tendem a ser atendidas e atendidos por brasileiras e brasileiros.

Outro aspecto também participaria, entendemos, na dificuldade de estreitamento de relações intersubjetivas entre brasileiras e brasileiros que comprem com paraguaias e paraguaios que vendem: o número importante e considerável de vendedoras e vendedores “avulsos” (a maior parte os segundos) a oferecer produtos “baratos” fora tanto das lojas do comércio de reexportação, como entre os inúmeros pequenos “pontos” de venda de produtos e as lojas de menor expressão no comércio de produtos que interessam ao “turista de compras”, que, não raras vezes, tendem a oferecer – e a vender – mercadorias (pen-drives, CDs, DVDs...) “falsificadas” ou de durabilidade extremamente duvidosa. Tais atuações participam, de uma ou de outra maneira, da produção de representações e imagens sobre os “paraguaios” e sobre o “Paraguai”, e, de forma geral, assumem papel importante na reprodução da ideia de “inferno” (“falsificação”, “contrabando”, “narcotráfico”, “violência”, “atraso”, “preguiça”,

“golpes”, “cavalo paraguaio”...) que, de uma ou de outra forma, povoa o imaginário brasileiro.

E é aqui que voltamos à questão última apontada no capítulo “3”, o do “segredo generalizado [que] se mantém por trás do espetáculo, como o complemento decisivo daquilo que mostra e, se formos ao fundo das coisas, como sua mais importante operação”, como apontado por Debord (1997, p. 176).

Se, para a produção da fronteira como “paraíso” o segredo deve permanecer ele mesmo, secreto, segregado, oculto, escondido e *à margem*, para a produção do “inferno” o *mesmo* segredo se escancara como paisagem, lida, olhada, cheirada, ouvida e sentida (nos termos de Milton Santos em relação à ideia de paisagem [1988]) como a denunciar que ali “é outro país”, “estamos no Paraguai”.

“Práticas discursivas” (cf. FOUCAULT, 1996) que se produzem e se reproduzem também entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros junto à atividade do comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero, que, *por trás das relações amistosas*, os “segredos” se manifestam por vezes de forma mais direta e em outras de forma mais velada – *o Paraguai é mais desorganizado*.

As imagens e representações depreciativas em relação ao Paraguai, aos paraguaios e às *coisas* do Paraguai, contudo, também se mostram bem longe da fronteira, tendo papel por vezes decisivo na produção e reprodução dessas mesmas idéias.

A questão da “violência” (“fronteira perigosa” [OLIVEIRA, 2005]; “fronteira móvel” e “país bandido” [PRPDFF, 2005, p. 240]) e dos produtos “falsificados” aparecem em manifestações constantes, por exemplo, na mídia radiofônica, televisiva, escrita e agora também na rede *internet*. Durante a realização da Copa do Mundo de Futebol, realizada em 2010 na África do Sul, o humorista-articulista José Simão, do Jornal Folha de São Paulo, foi didático em suas imagens e representações sobre o Paraguai:

“Paraguai a R\$ 1,99!

[...]

Pá! Deu Paraguai! A Receita Federal agradece! O Paraguai usou Jabulani falsa! Jabulani Pirata. Mas como diz o site ruimdebola: Mas a vitória foi LEGÍTIMA! Rárárá!

[...]

Seleção do Paraguai: Chapa Fria, Chassis Raspado, Gato de Itaipu, Samsung Genérico e Perla!

[...]

E Copa do Mundo é bom pra fazer um monte de piada étnica! E sabe o que ta escrito no busão do Paraguai? Copa do Mundo por R\$ 1,99! [...]"

(José Simão. **Folha de São Paulo**. D20. 30/06/2010)

Na mesma balada (ou “bolada”) em relação à participação da seleção paraguaia na Copa do Mundo, em Dourados, entre boleiros de futebol, foi comum a reprodução do seguinte “hino” do time do Paraguai: “Tereré-ré-ré-ré, chipa-chipa-chipa, pá-pá-pá-pá...”.

Tereré e chipa. “Preguiça” e “tiroteio”. O “não-trabalho” e a “violência”... *Os males do Paraguai parecem ser...*

Essas questões nos levam a pensar que ao lado da construção de uma imagem paradisíaca da fronteira como o “mundo da mercadoria”, (re)produz-se, simultaneamente, a imagem de um Paraguai ainda carregado de estereótipos e preconceitos, em que tempos e espaços se misturam em *uma* fronteira que é ao mesmo tempo uma e muitas, una e múltipla, “paraíso” e “inferno”.

O “paraíso das compras”... E o “inferno” mora ao lado.

2 - Imagens

As imagens intercalam “visões do paraíso” e “visões do inferno”. O Shopping China. Os catadores de “lixo”. As ruas e praças secundárias à atividade do comércio de reexportação ou ao “mundo das mercadorias”. A religiosidade que se manifesta tanto no cemitério em uma presença dos soldados da guerra como na figura de Jesus Cristo em meio a coisas bara-

tas para se vender em loja de “camelô”. À procura de “babás” e exposição de alho junto a camisas das seleções paraguaia e brasileira. Os *câmbios*, os *heróis* e o trabalho de todos os dias...

Pelas imagens, *se misturam* “centros” e “periferias” de uma Pedro Juan Caballero que simultaneamente *se mostra* e *se esconde*, ou que se projeta nas representações e imagens de brasileiras e brasileiros (consumidores e vendedores) por vezes a anunciar e enunciar a “descoberta” e por outras a segregar e ocultar sorrateiramente os contrastes de um mundo feito, em aproximação, à *imagem e semelhança do Brasil*.

A nossa intenção, no entanto, é menos reproduzir a dualidade de imagens e representações que povoam o imaginário brasileiro sobre a fronteira. Antes, é provocar a “ilusão” de “paraíso” que consumidoras e consumidores brasileiros têm no interior dos estabelecimentos “ambientalizados” de compras de “importados”, e a “desilusão” de “inferno” que as mesmas e os mesmos tendem a (re)produzir junto à cidade ela mesma uma “totalidade” *orgânica, real e ilusória, presente e ausente, perto e longe...* Na fronteira como marca distintiva de nossas relações com o Paraguai e de nossas “fronteiras étnico-culturais-históricas”, que marcam lugares para serem *vistos* e exaltados e outros para serem *vistos* para que o “segredo” deixe o degredo e vire o centro *ao lado* do “centro de compras”, definindo, para mais e para menos, que o “paraíso” e o “inferno” coabitam o espaço da fronteira como uma *simultaneidade de estórias-até-agora* (em aproximação a Doreen Massey [2008]).



Limites e possibilidades da relação Trabalho e Identidade nas fronteiras

Ainda no início deste livreto apontamos algumas perguntas sobre a fronteira Ponta Porã/Pedro Juan Caballero com os processos de identificação/diferenciação e a mobilidade da força de trabalho de brasileiras e brasileiros junto ao comércio de reexportação na cidade paraguaia, que eram as seguintes:

- a fronteira se constitui como território singular na relação entre mobilidade da força de trabalho e (re)construção identitária?
- a fronteira se constitui como território de tensão entre mobilidade da força de trabalho e redefinições identitárias de brasileiros e paraguaios?
- a mobilidade da força de trabalho sofre constrangimentos ou facilidades no interior de um território – de fronteira – que apresenta fortes elementos identitários, como a nacionalidade e a língua?
- a *força* do mercado da força de trabalho se sobrepõe à *força* dos movimentos de (re)construções identitárias?
- os brasileiros trabalhadores na cidade paraguaia reforçam ou enfraquecem seus *perfis* identitários na relação com trabalhadores e padrões paraguaios?

Buscamos agora, em linhas gerais e em forma de considerações finais, tentar responder a essas cinco perguntas. Sabemos que as “respostas” são sempre parciais, mas a partir delas apontamos a nossa compreensão em torno de questões que envolvem a fronteira/as fronteiras. Este “paraíso”/“inferno” que cotidianamente inventamos e reinventamos, imaginamos e re-imaginamos, e vivemos e revivemos simultaneamente com senso de proximidade e com senso de distância, comprando mercadorias “baratas” e “vendendo” imagens dela, nela e sobre ela.

1 - A fronteira se constitui como território singular na relação entre mobilidade da força de trabalho e (re)construção identitária?

A nossa leitura possibilitou a compreensão de que o território *entre* Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, constituído como fronteira, exacerba as relações e os processos de identidade-identificação/alteridade-diferenciação, mesmo que “circunscritos” no *interior* da mobilidade da força de trabalho de brasileiras e brasileiros para o comércio de reexportação na cidade paraguaia.

Se a mobilidade da força do trabalho – conjuntamente com as relações do e no trabalho nos estabelecimentos de comércio de reexportação – toma a centralidade, o *modus operandi* do cotidiano do e no trabalho, por um lado, vai tensionando, conflitando e acentuando (sob *chave* negativa) imagens e representações das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros em relação ao Paraguai, aos paraguaios e a Pedro Juan Caballero (“desorganização”, “acomodação” e “sujo”, por exemplo, são elementos mais frequentemente apontados); por outro lado, este mesmo *modus operandi* opera reelaborando, reinterpretando e revendo (sob *chave* positiva) imagens e representações antes pejorativas em relação ao Paraguai, aos paraguaios e a Pedro Juan Caballero (“trabalho”, “boa relação” e “oportunidade”, por exemplo, aparecem direta ou indiretamente).

A singularidade da fronteira junto aos processos de mobilidade da força de trabalho e de identidade-identificação/alteridade-diferenciação situa-se no movimento diário entre o *estar aqui* e o *estar lá*, entre *estar fora* e *estar dentro*, entre a disjunção de tempos, línguas, culturas e perspectivas de futuro, seja do ponto de vista do sujeito (trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e paraguaios), da empresa (estabelecimentos do comércio de reexportação), do lugar (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) e da nação (Brasil e Paraguai).

A implicação mais radical em espaço de fronteira envolvendo a relação entre mobilidade da força de trabalho e (re)construção identitária assenta-se na condição de que o *trânsito* diário é entre nações diferentes. Unidos sob a lógica do “mundo da mercadoria”, trabalhadoras e trabalha-

dores brasileiros e paraguaios “se misturam” tensa ou harmoniosamente para além do e no trabalho, na medida em que as relações também resvalam inevitavelmente, ora mais, ora menos, para questões identitárias, culturais e nacionalidades.

2 - A fronteira se constitui como território de tensão entre mobilidade da força de trabalho e redefinições identitárias de brasileiros e paraguaios?

Direta mas quase sempre imperceptivelmente, a mobilidade da força de trabalho de brasileiras e brasileiros na atividade do comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero desenvolve processos de tensão que redundam em redefinições identitárias de um e de outro grupo em questão.

Mesmo que tenhamos nos dedicado à análise apenas com brasileiras e brasileiros, foram consistentes os indicativos de que a mobilidade da força de trabalho pode se desdobrar em redefinições identitárias, principalmente quando o “mundo do trabalho” expõe *fronjas* de uma “economia linguística” (espanhol, portunhol, guarani e português, mas também mandarim, árabe...) ou, por exemplo, da percepção e entendimento de que o “jeito de atender” das brasileiras e dos brasileiros tende a se tornar mais atraente para a maioria dos clientes, eles mesmos na maior parte brasileiros.

3 - A mobilidade da força de trabalho sofre constrangimentos ou facilidades no interior de um território – de fronteira – que apresenta fortes elementos identitários, como a nacionalidade e a língua?

A resposta é dupla: sofre tanto constrangimentos como facilidades.

Os constrangimentos são de ordem legal (Imigração) e cultural, como nas manifestações das entrevistadas e dos entrevistados em relação ao uso corrente (mesmo que restrito, e em alguns estabelecimentos proibido) da língua guarani, que viria a desenvolver relações de desconfiança

em especial pela “percepção” por brasileiras e brasileiros de que o seu uso corresponderia à produção da fofoca.

As facilidades se situariam no campo específico do “mundo da mercadoria”, onde o importante é que vendedoras e vendedores vendam, e vendam muito. De acordo com a maior parte das entrevistadas e dos entrevistados, o “jeito do brasileiro”, a fluência da língua portuguesa (a língua “oficial” do comércio de reexportação uma vez que a maioria dos consumidores são brasileiros) e o conhecimento acumulado relativo tanto ao atendimento quanto em relação a produtos muito procurados pelos clientes (área de informática, sobretudo), apresentar-se-iam como facilitadores para a admissão e persistência no emprego.

Um elemento importante a destacar, é que não ocorreu nenhuma manifestação a respeito de um “presumível” “não-trabalho” pelos colegas paraguaios, ou que, no mínimo, desempenhassem negativamente as suas atividades. Se a imagem de “preguiça” tende a marcar os paraguaios, o cotidiano do e no trabalho de brasileiras e brasileiros em Pedro Juan Caballero e as relações desenvolvidas junto a colegas paraguaias e paraguaios, tem demonstrado a base frágil sobre a qual este estereótipo se assenta. Ao contrário, o dia a dia do e no trabalho tem demonstrado, pela entrevistas realizadas, que o empenho das e dos colegas paraguaios é igual e até superior ao dos brasileiros.

4 - A *força* do mercado da força de trabalho se sobrepõe à *força* dos movimentos de (re)construções identitárias?

A sobreposição pode ser considerada na medida em que é sobre o “mercado da força de trabalho” que a mobilidade se realiza. Sem ele, os encontros e desencontros do e no trabalho não se realizariam, pelo menos nos termos em análise.

Contudo, é importante frisar que as relações do e no trabalho extrapolam o que poderíamos aqui definir por “formalidade cotidiana do trabalho”, abarcando elementos relativos à cultura, ao mundo fora do

trabalho, à subjetividade etc. Sem empregabilidade, brasileiras e brasileiros não desenvolveriam diariamente uma migração do *lado de cá* para o *lado de lá*. Mas além de trabalhadoras e de trabalhadores, são brasileiras e brasileiros, sul-matogrossenses e ponta-poranenses. As relações do e no trabalho, por isso, dominantes, não deixam de ser “penetradas” por relações da “ordem” da cultura, como aquelas que participam dos processos de identidade-identificação/alteridade-diferenciação.

- 5 - Os brasileiros trabalhadores na cidade paraguaia reforçam ou enfraquecem seus *perfis* identitários na relação com trabalhadores e patrões paraguaios?

Participantes em “pé de igualdade” com trabalhadores paraguaios, os trabalhadores brasileiros tendem a, com eles, construir a percepção de que o “barco” onde estão é igual para todos. Já em relação aos patrões paraguaios (que também podem ser árabes, chineses, coreanos...), a percepção é de que haveria uma maior rigidez em comparação com patrões de atividades desenvolvidas no Brasil.

No entanto, como já exposto, as relações no e do trabalho transcendem relações do e no trabalho e tangenciam, por vezes mais e por vezes menos, relações identitárias, provocando, a depender da relação, o reforço ou o enfraquecimento de perspectivas de identificação e de diferenciação.

*

A leitura da relação entre mobilidade da força de trabalho e afirmação/negação identitária no discurso de trabalhadores de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul – Brasil) em Pedro Juan Caballero (Amambay – Paraguai) deve sempre ser pensada como parte de relações que participam e definem uma *condição de fronteira*, ou, de outro jeito, de um *modo de produção da fronteira*.

As trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros de Ponta Porã participantes da atividade de comércio de reexportação na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero são parte indissociável das relações que *formam* a própria fronteira. Desse modo, qualquer análise de um dado “recorte” das relações fronteiriças deve procurar abarcar o *contexto* no qual o “cor-te” é *apenas* um “retalho”.

Nesse sentido, a nossa leitura acabou por agregar elementos de uma “dualidade” na *condição de fronteira* (acentuada nas partes 2 e 4), em que parece perceptível a produção, construção, invenção, imaginário e vivência de dois conjuntos de imagens e representações sobre a fronteira, aqui em especial sobre as relações entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Em um primeiro conjunto, estariam os elementos que tenderiam a definir a *fronteira* como lugar privilegiado do “mundo da mercadoria” produzindo uma espécie de “paraíso”, demonstrado desde outdoors, placas e faixas dispostas a mais de cem quilômetros de distância (como na estrada-rodovia BR 463, desde Dourados) e pela oferta variada de produtos diversos com preços “baixos”. Já em um segundo conjunto, fariam parte os elementos que tenderiam a definir a *fronteira* como imagem e representação do “perigoso”, do “desorganizado”, do “pobre”... o “inferno”.

É sobre esses dois conjuntos (indissociáveis) que a fronteira (ou as fronteiras) parece ser construída. Nessa construção, as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros participam como sujeitos protagonistas pela relação cotidiana com o *outro lado*, ao mesmo tempo em que participam da produção de um olhar *sempre do lado de cá*, transitando por entre um “reino paradisíaco” e um “reino dantesco”.

Desobstruir os *vasos comunicantes* que impedem que o fluxo de tensões e conflitos imagéticos e representacionais migre de um para outro “reino”, é parte de um projeto que devemos levar a cabo, sob o risco de reprodução de imagens e representações estereotipadas e preconceituosas que acabam, mais cedo ou mais tarde, contribuindo para a intensificação de identificações/diferenciações que, no extremo, têm impedido de fazer da fronteira um espaço efetivamente plural.

Bibliografia*

ABINZANO, R. C. Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Territórios sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 113-130.

ABREU, J. C. de. **Capítulos de História Colonial**: 1500-1800 & os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: UNB, (1907) 1982.

ALMEIDA, M. G. de; RATT'S, A. J. P. (Org.). **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

AMMANN, S. B.; AMMANN, P. **Cidadania, exclusão e migração**: brasileiros na Suíça. Brasília: Liber Livro, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

* Seguem tanto as referências efetivamente participantes dos diálogos teóricos ao longo do livro como um conjunto de outras referências para consultas e possibilidades de novos diálogos, leituras e interpretações.

ARROYO, M. A internalização do externo no ambiente dos negócios: novos elementos na dinâmica territorial. In: CASTELLO, I. R. et. al. (Org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

ASSIS, G. de O. Estar aqui..., estar lá... Uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 125-166.

AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: Orstom, 1988.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BÁRBARA, M. S. Brasiguaios: território e jogos de identidade. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: EdUNESP, 1998. p. 185-227.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de população**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-367.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA Jr., B. Somos todos migrantes. In: FERREIRA, A. P. **O migrante na rede do outro**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: TeCorá, 1999. p. 11-17.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BJERG, M.; OTERO, H. (Org.). **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. v. 3, p. 83-131.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Ao leitor. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-10.

_____. (Coord.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **PRPDFF** – Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

CAPAVERTÉ, T. da S. Estrangeiro. In: BERND, Z. (Org.). **Dicionário de figuras e mitos literários das Américas**. Porto Alegre: Todo Editorial; Editora da Universidade, 2007. p. 249-255.

CARLEIAL, L. M. da F. Integração internacional e (i)mobilidade da força de trabalho: alguns comentários. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCI, M. R. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

COMÉRCIO CRESCE 30% EM PEDRO JUAN. **Sopa Brasiguiaia**, 17 abr. 2008. Disponível em: <<http://sopabrasiguiaia.blogspot.com>>. Acesso em: 20 maio 2008.

COMÉRCIO DE PEDRO JUAN CABALLERO CONTRATA MAIS BRASILEIROS. **Sopa Brasiguiaia**, 7 maio 2008. Disponível em: <<http://sopabrasiguiaia.blogspot.com>>. Acesso em: 20 maio 2008.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec; EdUSP, 1992.

CRUZ, V. do C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A. et al. (Org.). **Itinerários geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 13-35.

CUNHA, M. J. C. et al. **Migração e identidade**. São Paulo: Centauro, 2007.

DAMIANI, A. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. de (Org.). **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b. v. 1.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v.2.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.

FERREIRA, A. P. A clínica com o migrante: reflexões sobre alteridade e assistência ao Outro. In: SEYFERTH, G. et al. **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: EdUFSM, 2007. p. 249-260.

_____. A psicanálise no terreno do Outro. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 155-161.

_____. **O migrante na rede do outro**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: TeCorá Editora, 1999.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: EdUNESP, 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e punir**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

_____. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

GALETTI, L. da S. G. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GALIMBERTI, P. **O caminho que o dekassegui sonhou**: cultura e subjetividade no movimento dekassegui. São Paulo: EDUC; Fapesp; Londrina: EdUEL, 2002.

GAUDEMAR, J. P. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Ediciones Era, 1979.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOETTERT, J. D. Gentes, migração e transitividade migratória. **Revista Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, ano 10, n. 20, p. 53-62, 1º sem. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/2452>>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para Rondonópolis de quem partiu e de quem ficou. Dourados: EdUFGD, 2008.

_____. A fronteira como “jogo de espelhos côncavos”: considerações sobre a construção de representações de cá e de lá em território de fronteira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008.

_____. Espaço civilizador: considerações sobre o corpo e a casa a partir do processo civilizador. In: SIMPÓSIO PROCESSO CIVILIZADOR, 11., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s.n.], 2008b.

_____. Linha à vista: cenários da fronteira entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul – Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay – Paraguai). In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CULTURA, 1., 2007, Dourados. **Anais...** Dourados: [s.n.], 2007.

GRIMSON, A. Vivências do Estado como alteridade. Imagens cruzadas na fronteira argentino-brasileira. In: FRIGUEIRO, A.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 163-185.

GRUPO RETIS DE PESQUISA. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br/gruporetis>. Acesso em: 10 junho 2007.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Os dilemas da globalização — Fragmentação. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 2001. p. 11-53.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R.; BÁRBARA, M. J. S. Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças. **Geographia**, Niterói, v. 5, p. 45-65, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HANCIAU, N. J. Entre-lugar. In: FIGUEIREDO, E. (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 125-141.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pessoas extraordinárias**. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Primeira publicação em 1957.

_____. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000. Primeira publicação em 1945.

JESUS, S. M. de. Protagonistas de um Brasil imaginário: faxineiras brasileiras em Boston. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 99-114.

KNAUSS, P. (Org.). **Oeste americano: quatro ensaios dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EDUFF, 2004.

LAHORGUE, M. A. Dinâmica espacial da produção e da população e as zonas de fronteira – reflexões sobre o Mercosul. In: CASTELLO, I. R. et al (Org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

LAMBERTI, E. **Dinâmica comercial no território de fronteira**: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Mestrado em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço-temporais. 2000. Tese (Doutorado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2000.

LE BRÁS, H. (Dir.). **A invenção das populações**: biologia, ideologia e política. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: EdUNESP, 2001.

LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. (Org.). **Identities**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MACHADO, I. J. de R. Estereótipos e encarceramento simbólico no cotidiano de imigrantes brasileiros no Porto. In: MACHADO, I. J. de R. (Org.). **Um mar de identidades**: a imigração brasileira em Portugal. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 229-250.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. R. (Org.). **Fronteiras cruzadas**: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Não há terra para se plantar neste verão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contribuições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, D. V. I. de. As redes de tráfico e contrabando humano: uma análise geográfica. In: SEYFERTH, G. et al. **Mundos em movimento**: ensaios sobre migrações. Santa Maria: EdUFSM, 2007. p. 169-192.

MELO, J. L. B. de. Reflexões conceituais sobre a fronteira. In: CASTELLO, I. R. et al. (Org.). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

MENEZES, M. A. de (Org.). **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EdUFPB, 2002.

_____. **Histórias de migrantes**. São Paulo: Loyola, 1992.

MEY, J. L. Etnia, identidade e língua. In: SGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras; Fapesp, 1998. p. 69-88.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Audiência Pública discute trabalho transfronteiriço em Ponta Porã (MS). Disponível em: <www.pgt.mpt.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2007.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, (1952) 1998.

MONDARDO, M. L. **Os períodos das migrações:** territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

MOURA, R. Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: CASTELLO, I. R. et al. (Org.). **Fronteiras na América Latina:** espaços em transformação. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

OCADA, F. K. Trabalho, sofrimento e migração internacional: o caso dos brasileiros no Japão. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.). **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLINTO, H. K.; SCHOLLHAMMER, K. E. Literatura e cultura – diálogos atuais. In: OLINTO, H. K.; SCHOLLHAMMER, K. E. **Literatura e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 7-13.

OLINTO, H. K. Literatura/cultura/ficções reais. In: OLINTO, H. K.; SCHOLLHAMMER, K. E. **Literatura e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 72-85.

OLIVEIRA, A. C. de. Repensando a identidade dentro da emigração de kassegui. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 275-307.

OLIVEIRA, L. L. **Nós e eles:** relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: EdFGV, 2006.

_____. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

OLIVEIRA, M. N. de. **PARLIM:** Parlamento Internacional Municipal. Ponta Porã: Nicanor Coelho Editor, 2006.

OLIVEIRA, N. Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana. In: SHÄFER, N. O. et al. (Org.). **Fronteiras no Mercosul.** Porto Alegre: EdUFRGS, Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

OLIVEIRA, T. C. M. de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). **Territórios sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 377-408.

PEDONE, C. “**Tu siempre jalas a los tuyos**”: cadenas y las redes migratoria de las familias ecuatorianas hacia España. Barcelona: Departament de Geografia-Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.

PELLEGRINO, A. O caminho para o Norte. In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (Org.). **Políticas migratórias**: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar; Editora Sumaré, 2002. p. 53-76.

PEREIRA, J. H. do V. Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias. 2002. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Migração de estudantes na fronteira do Brasil com o Paraguai**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação)—Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

PERROT, M. **Os excluídos da história**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Curso de Pós Graduação em Sociologia – USP; Ed. 34, 1999.

PORTELLI, A. **Forma e significado na história oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História. São Paulo: Departamento de História – PUC, 1997. p. 7-24.

_____. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 59-72, 1996.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1985.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

QUESNEL, L. A publicidade e sua “filosofia”. In: MARCUS-STEIFF, J. et al. **Os mitos da publicidade**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 79-93.

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. **Território sem limites: estudo sobre fronteiras**. Campo Grande: EdUFMS, 2005.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTI, B. **Comércio internacional e câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, A. S. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 475-501.

RIBEIRO, G. L. O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 45-85.

ROSA, P. A. da. **Resenha histórica de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai)**. Campo Grande: Tipografia da Livraria Ruy Barbosa, 1962.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Primeira publicação em 1978.

_____. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALES, T. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 17-44.

SALES, T.; ROSÁRIO, M. do (Org.). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior.** São Carlos: EdUFSCar; Sumaré, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARTRE, J. P. **Entre quatro paredes.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANCHES, S.; GEBRIM, V. L. M. **O trabalho da mulher e as negociações coletivas.** São Paulo: Estudos Avançados, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: EdUSP, 2004.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EdUSP, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O espaço dividido.** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SASAKI, E. M. Movimento de kassegui a experiência migratória dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante.** São Paulo: Boitempo, 1999. p. 243-274.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição de imigrante. **Revista Travessia**, São Paulo, 2000. Edição especial.

_____. **A imigração e os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. Uma família deslocada. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997a. p. 35-51.

_____. A maldição. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997b. p. 651-672.

SECRETO, M. V. O destino manifesto: a historiografia brasileira das fronteiras. **Dimensões**, Vitória, n. 14, 2002.

SHÄFFER, N. O. et al. (Org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: EdUFRGS; Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

SILVA, A. C. da. **O espaço fora do lugar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, L. O. Fronteira e Identidade Nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., e CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABPHE, 2003.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: EdUNESP, 1999.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOUZA, A. J. de. **Geografia lingüística**: dominação e liberdade. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPRANDEL, M. A. “Aqui não é como na casa da gente...”: comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai. In: FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Argentinos e brasileiros**: encontros, imagens e estereótipos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 187-207.

_____. Brasileiros de além-fronteira: Paraguai. In: PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio-desafios pastorais**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 113-128.

_____. **Brasiguaios**: conflito e identidade em fronteiras internacionais. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TODOROV, T; DUCROT, O. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

TODOROV, T. **A conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, C. B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 251-274.

_____. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. **Revista Travessia**, São Paulo, n. 25, p. 5-9, maio/ago. 1996.

VELHO, G. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VIDAL E SOUZA, C. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: EdUFG, 1997.

WAIBEL, L. H. As zonas pioneiras do Brasil. **RBG**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 4, out./dez. 1955.

WEGNER, R. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Organização de Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILLIAMS, R. **Cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

ZUSMAN, P. **Tierras para el Rey**: tres fronteras e la construcción colonial del territorio de la Plata (1750-1790). 2000. Tese (Doutorado em Geografia)—Departamento de Geografía, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2000.

Diagramação, Impressão e Acabamento



Rua Fagundes Varela, 967
Cep 19802 150 • Assis • SP

Fone: (18) 3322-5775

Fone/Fax: (18) 3324-3614

vendas@graficatriunfal.com.br

www.graficatriunfal.com.br